

# PINTURA DOS COSTUMES DA NAÇÃO: ALGUNS ARGUMENTOS\*

por

António Medeiros\*\*

- (...) ils ont mis là un compas toujours ouvert, c'est un emblème.
- mon garçon, ça ne vas pas te faire le savant, cela s'appelle un problème. J'ai servi d'abord dans l'artillerie, reprit Beau-pied, mes officiers ne mangent que de ça.
- C'est un emblème.
- C'est un problème.
- Gageons!

Balzac, *Les Chouans*

## 1.

Pode-se interrogar as razões que justificam o uso da designação “etnógrafo local” e não, em alternativa imaginável, “etnógrafo nativo”. A pergunta parece, à partida, absurda: fica proposta uma distinção que pode ser útil – servindo, nomeadamente, para distinguir os distinguidores, de um modo socialmente aceitável – no uso da expressão “etnógrafos locais”. Por outra parte, surge-nos hoje quase como um idiotismo a sugestão de que antropólogos de um dado país pudessem designar como “nativos” outros dos seus concidadãos. A sanção dada pelos usos

---

\* Agradeço a Filipe Verde, Jorge Freitas Branco e a João Leal a boa vontade com que leram e sugeriram críticas às primeiras versões deste texto. São da minha exclusiva responsabilidade todos os argumentos aqui surgidos. Este é um texto “aberto”, exploratório, situado na confluência de preocupações antigas com novos temas surgidos no âmbito de uma investigação em curso.

\*\* ISCTE/CEAS.

sociais dos nomes interdita-nos o uso sério – ético? – do termo<sup>1</sup>.

Eduardo Lourenço diz do romantismo que trouxe uma dimensão de “interioridade” à relação dos autores com a realidade colectiva do país. Esta relação deve ser percebida como definitivamente aprofundada, alargada a um número crescente de portugueses, tornada banal, num período de charneira que – seguindo agora a Rui Ramos, 1994: 565-595 – situo entre os anos de 1880 e 1930; período quando ficam estabelecidas referências mais duradouras de uma “cultura colectiva, isto é, um conjunto coordenado de referências comuns” (Ramos op. cit.: 567; cf. tb. Hobsbawm, 1985). Neste processo foram cruciais práticas muito difundidas e intensas, exercidas por intermédio de diversos meios técnicos e revestindo uma grande diversidade de formas, que naquele tempo foram identificadas como etnográficas. Hoje está connosco a decisão do reconhecimento da legitimidade daquele modo de designar.

Importa, por outro lado, fazer lembrar o óbvio: o carácter local, precisamente situado, das práticas etnográficas mais prestigiadas exercidas no nosso século. Que a antropologia se legitima como saber local é manifestado por um título famoso que é uma apologia (Geertz, 1983). Por outro lado, expressa-se esta característica de modo clássico no exercício da observação participante, com os contornos ideais que lhe foram atribuídos por Malinowski. Exemplo com permanência notória, sobrevivendo às dúvidas e discussões lançadas nos anos 80, de que se pode tomar como referências *ad hoc* aquelas que constam em *Writing Culture de* George Marcus e de James Clifford (1986).

Sublinhe-se agora que as “etnografias locais” incidem, a maior parte das vezes, sobre espaços geográficos e sociais de maior amplitude – freguesias, concelhos, “terras”, distritos, províncias ou “regiões” (cf. Vasconcellos, *Etnografia Portuguesa*, vol. III) – do que as monografias de pequenas comunidades, características da antropologia britânica ou americana no século XX. Assim, pode perguntar-se como se designaria uma eventual monografia do concelho de Vila Verde, cheia de citações em latim dos clássicos da – grande! – tradição bucólica, escrita por um padre, bom observador, familiarizado há décadas com o contexto,

---

<sup>1</sup> Não interdita, contudo e sintomaticamente, a frequência do seu uso irónico e subversivo; este é um jogo jogado a coberto de uma situação de “intimidade cultural” (Herzfeld, 1997).

Lembro, numa nota etnográfica dos corredores de escola de antropologia em Portugal, que são comuns ali as alusões aos “nativos” ou “indígenas” de qualquer parte do país que é frequentada por qualquer dos circunstantes. O uso será sempre jocoso, consciente da ironia implícita na inapropriação. Do mesmo modo, em algumas localidades do Minho podem ser ouvidas frases do seguinte teor: “fulano chegou à freguesia e pensou que podia começar a mandar cá no indígena” ou “fizeram assim e assado, porque pensavam que o indígena era ceguinho”. Também aqui é um intencional irónica que comanda o uso da expressão, consciente do desfasamento e suscitando a evocação de outros contextos e prepotências análogas (pode surgir, como alternativa e com o mesmo sentido, a referência aos “pretos” ou ao “preto”).

com os seus usos e costumes, para além de bom latinista (cf. Clifford, 1982; Valverde, 1992). Julgo que mais provavelmente seria “etnografia local”. Por outro lado, podemos pensar que um artigo escrito em qualquer departamento, recamado de citações em inglês – como o presente texto –, ou elaborado a partir de uma temporada curta num pequeno povoado daquele mesmo concelho, possa ser considerado texto etnográfico sem qualificações suplementares.

Os tipos ideais propostos por G. Stocking para classificar as antropologias – num texto bem conhecido, “Afterword: a view from the center”, 1986 –, sugerem pistas muito atractivas para identificar, de uma parte, a antropologia feita hoje em dia nas universidades portuguesas e, por outro lado, para pensar os impasses do seu relacionamento com as “etnografias locais” e ainda, mais genericamente, com toda a tradição portuguesa de práticas etnográficas (1986). Stocking distingue num primeiro passo dois tipos mais importantes de antropologias: as “antropologias da construção de império” (*anthropologies of empire-building*) e de “construção nacional” (*anthropologies of nation-building*). Um terceiro tipo é distinguido ainda: a “antropologia internacional” (*international anthropology*), cujas expressões mais relevantes são contemporâneas, identificáveis na difusão de temáticas comuns nos diversos contextos académicos, numa escala que hoje é global. Deve sublinhar-se que esta “antropologia internacional” é marcada, de uma maneira tendencialmente exclusiva, pela reivindicação da herança teórica das “antropologias de construção de império”. Esta constatação está implícita nas considerações feitas pelo próprio Stocking, mas também, mais simplesmente, na experiência de quem recebeu formação académica em antropologia em Portugal nos anos mais recentes, por exemplo.

São os praticantes da antropologia “internacional”, hoje sediados nas universidades portuguesas, quem pode exercer hoje o uso autorizado da classificação objectificadora que distingue os “etnógrafos locais”, propondo uma hierarquização implícita, de algum modo ausente ou mesmo sentida como desnecessária – como adiante se sustenta – até há um tempo recente. É desta perspectiva assim situada que quero argumentar o “localismo” do conjunto das práticas constituintes da “anthropology of nation-building”, exercida em Portugal ao longo dos séculos XIX e XX<sup>2</sup>.

Hoje em dia os “etnógrafos locais” vão surgindo como objecto de estudo bastante apetecido; este facto deve ser entendido como parte da corrente de inte-

---

<sup>2</sup> De algum modo, a antropologia “nativa” hoje feita em Portugal é identificável no exercício localizado de interesses de estudo internacionalizados por parte de estudiosos portugueses. A antropologia de “national building”, mais antiga e ainda persistente, é uma constelação de natureza essencialmente diversa, ainda muito mal conhecida nos seus contornos e, como outras das suas congéneres, ausente dos debates internacionalizados do tema “emergência de antropologias nativas”.

resses de estudo dos nacionalismos que hoje atravessa a antropologia e as várias ciências sociais. Na minha opinião, precipita-se aqui a possibilidade de fazer a “localização” conceptual de toda a tradição etnográfica autóctone que contribuiu – intencionalmente e de um modo importante – para a produção de formas eficazes de divulgar o reconhecimento do Estado-nação.

Por outro lado, é possível pensar o conjunto do país como um “local” ou “localidade”; serve e justifica este propósito uma conceptualização deste termo proposta por Arjun Appadurai, quando diz: “I view locality as a primarily relational and contextual rather than as scalar or spacial. I see it as a complex phenomenological quality, constituted by a series of links between the sense of social immediacy, the technologies of interactivity and the relativity of contexts” (1995: 204)<sup>3</sup>. Na sequência, o autor defende ter sido o Estado-nação espaço privilegiadamente produzido como localidade específica, decisiva na Idade Moderna, sendo a produção monumentalizadora de “localidades” de mais pequena escala no seu interior parte importante desta empresa específica de contextualização – “The nation-state relies for its legitimacy in the intensity of its meaningful presence in a continuous body of bounded territory. It works by policing its borders, producing its ‘people’ (Balibar 1991), constructing its citizens, defining its capitals, monuments, cities, waters and soils, and by constructing its locales of memory and commemoration...” (p. 213).

A tradição dos estudos etnográficos praticados em Portugal desde os meados do século XIX, foi exercida por nacionalistas e teve claros propósitos nacionalizadores, como pode ser aferido por inúmeros testemunhos mais ou menos ilustres. A despeito de ter sido muito escassa a sua institucionalização efectiva, as práticas etnográficas foram relativamente difundidas, encontrando “cultores” ao longo de todo o país a partir dos anos de 1880. Para além do artifício da citação longa e descontextualizada de Appadurai, julgo que na história da prática daqueles interesses em Portugal se pode documentar em vários passos o lugar central que o discurso do Estado-nação manteve, como mais importante referente e razão de ser das práticas etnográficas conduzidas ao longo do país. De seguida, pretendo demonstrar este ponto de vista, privilegiando diferentes tipos de ilustrações, sobretudo referenciadas em termos temporais pelas três primeiras décadas do século XX: período fulcral – e muito mal conhecido – para o entendimento de algumas das características da etnografia hoje praticada em Portugal, fora dos departamentos universitários da especialidade.

---

<sup>3</sup> Appadurai distingue ainda “localidades” de “vizinhanças” (neighbourhoods), dizendo destas: “I use the term ‘neighborhood’ to refer to the existing social forms in which locality, as a dimension or value, is variably realized” (p. 204).

1)

Alguns dos representantes da geração que protagonizou os primeiros passos inequívocos de abertura aos temas da antropologia “internacional” – na sequência de *Ricos e Pobres no Alentejo* e a par com as transformações que já depois do 25 de Abril ocorreram nas universidades – têm feito tentativas de estabelecer as coordenadas mais importantes da história da tradição de estudos etnográficos praticada no país desde os fins do século XIX. Para além de um esforço meritório de reconhecimento das figuras mais salientes e de valorização das respectivas obras julgadas mais importantes, creio que nestas tentativas sobretudo se tem tentado reconhecer antecedências prezáveis para a prática científica introduzida de novo. Assim, o critério mais valorizado é a medida da actualização revelada nas obras dos autores sujeitos a estudo, face aos termos dos debates que no seu tempo percorriam as mais prestigiadas e paradigmáticas “antropologias de construção de império”<sup>4</sup>.

Aqueles esforços demonstraram-se por regra decepcionantes ou de resultados muito pouco substanciais. Poder-se-ia caricaturar estas *démarches*, dizendo que um “ar de família” posto a prémio entre ambas as tradições poderia talvez ser encontrado em dois pequenos escritos – o texto de Consiglieri Pedroso intitulado “A constituição da Família Primitiva”, de 1878; e, de Rocha Peixoto, um pequeno artigo denominado “Survivances du Régime Communautaire en Portugal”, de 1908 – aquém do meridiano de referência, em termos temporais, representado pela obra importante, e implicitamente valorizada, de Jorge Dias, que foi desenvolvida a partir dos anos 40<sup>5</sup>.

Deste modo, as abordagens mais recentes da história dos interesses etnográficos em Portugal deixam sugerido um hiato longo de mais de três décadas, marcado pela ausência de propostas de trabalho julgadas significativas, onde apenas se poderia observar um processo de degenerescência – ou, usando uma

---

<sup>4</sup> Tomo como referências, nestes passos, os textos mais importantes dedicados a este tema por Jorge Freitas Branco (1986, 1985), João Pina Cabral (1991) e João Leal (1988, 1993a, 1993b, 1996, 1997). As diferenças enfáticas e a profundidade relativa que marcam cada uma destas propostas não são discutidas agora. Sublinha-se a preocupação, comum nestes vários textos, de discernir nas obras dos autores mais importantes na tradição de estudos etnográficos em Portugal afinidades com teorias prestigiadas na história da antropologia. Comum também, genericamente, é o reconhecimento que aquelas afinidades são muito escassas, tocadas de sincretismo ou muito transitoriamente expressas.

<sup>5</sup> Insisto que esta caracterização é caricatural – exagerada. Note-se que as obras de Consiglieri Pedroso e Rocha Peixoto são valorizáveis por razões divergentes. O primeiro autor surge como “arm-chair anthropologist”, com conhecimento sólido de teorias suas contemporâneas. Valorizamos retrospectivamente em Rocha Peixoto as boas intuições sociológicas e o conhecimento directo dos “terrenos”. O texto da sua autoria que fica citado, pode perceber-se como referência pioneira dos interesses na montanha e no comunitarismo, temas salientes dos interesses antropológicos praticados em Portugal até aos anos de 1980 (cf. Gonçalves, 1968: XI).

palavra forte, de “cafrealização”. Afinal, para levar ao fim o jogo de palavras, um “going native” progressivo – avaliado a partir de algumas obras de referência, produzidas no final do século XIX<sup>6</sup>. Deixando de parte o jogo de palavras, ou pelo menos as suas acepções derogativas, julgo que aquele processo de “nativização” foi fenómeno que ocorreu de facto – se o tomarmos agora como uma das faces mais importantes do intenso processo nacionalizador vivido na primeira metade do século XX.

Retendo neste passo a mera a sugestão da existência de uma acepção muito difusa do que era considerado “etnográfico” ao tempo daquele processo de “nativização” dos interesses e das referências, valerá a pena citar por extenso um reparo muito importante de Rui Ramos:

“Um dos erros mais crassos dos historiadores tem sido tomar estes ‘reaportuguesadores’ por provincianos ou ingénuos. Os mais importantes destes escritores, pintores e arquitectos haviam estudado no estrangeiro – e até mais do que isso: as suas tentativas de ‘reaportuguesamento’ correspondem ao que, na mesma época, se estava a fazer em Inglaterra, na França, na Alemanha, etc. (...) Assim, será possível compreender que o ‘aportuguesamento’ constitui um dos movimentos intelectuais mais radicalmente modernos e cosmopolitas. Também um dos mais ‘democráticos’, no sentido em que definiu uma arte para as classes médias, sem as obscuras referências greco-latinas do Antigo Regime” (1994).

O último período que ficou citado é especialmente significativo. Queria retomar a substância desta sugestão mais adiante, tentando ilustrar alguns dos usos contemporâneos mais estritamente situados da etnografia.

Importa comentar, como referência comparativa, a perspectiva que foi de Ernesto Veiga de Oliveira sobre o passado das práticas etnográficas no país. Este é o extracto de um texto de 1968, que dá conta dos primeiros 20 anos da actividade do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, dirigido por Jorge Dias, cujos trabalhos surgem apresentados como intento sistemático de imposição de rigor num campo de estudos devassado:

“Sem falar mesmo desse amadorismo irresponsável, a própria investigação etnográfica praticada por estudiosos com formação científica (mas não especializada), baseada em teorias e moldes antiquados e ultrapassados, não respondia às

---

<sup>6</sup> Conferir respectivamente João Pina Cabral (1991) e João Leal (1993a), que propõem leituras divergentes no que se refere à periodização da decadência do vigor e actualização teórica conhecidos pelos estudos etnológicos em Portugal nos finais do século XIX. É mais ampla a temporização, e mais ajustada nesta perspectiva, a leitura proposta por Leal, sugerindo praticamente seis décadas de duração naquele processo. (cf. também as mais recentes interrogações de Leal 1996).

exigências de uma disciplina que caminhava na vanguarda das ciências sociais, enriquecida com todas as descobertas que nesse campo se iam dando. Recolhas parcelares, que não se enquadravam num plano sistemático, e feitas muitas vezes segundo métodos imperfeitos, temas locais restritos, sem visão de conjunto, ignorando o caso geral, carência de leitura, hipóteses interpretativas pouco fundamentadas, a investigação etnográfica mantinha o carácter particularista desse folclorismo das velhas escolas. E sobretudo não apenas nos velhos mestres – aliás justificadamente – mas mesmo para os que se lhes seguiram (e que nunca os superaram), a etnografia continuava a ser uma matéria apenas descritiva tendo como objecto o estudo da ‘tradição’ concebida estaticamente e como um fim em si, e que exprimia a própria cultura em sociedades fechadas e isoladas no espaço, e que a haviam elaborado sob a acção do seu condicionalismo localista”<sup>7</sup>.

Uma observação judiciosa de Orlando Ribeiro, feita em ainda em 1948, permite pôr em termos suficientemente claros uma das razões mais salientes dos impasses hoje ressentidos quando se faz apropriação da história das práticas etnográficas no país. Diz o geógrafo:

“A discontinuidade de uma tradição universitária, que não chegou a organizar-se, explica o aparecimento de um jovem etnógrafo que nada deve, no seu impulso inicial, à escola portuguesa. O Dr. Jorge Dias, universitário também, começou a estudar Etnografia na Universidade de Munique, onde se doutorou em *Volkskunde*.” (1981: 14).

O comentário explicita a fragilidade institucional dos estudos etnográficos em Portugal, situação que se manteve até ao 25 de Abril, aquém da presença notória e praticamente isolada de Jorge Dias no sistema universitário, confinado nos “Ultramarininos” (modo como Ribeiro refere o antigo ISCSPU, cf. Ribeiro, op. cit: 10; tb. Branco, 1986)<sup>8</sup>.

Deve observar-se, seguindo ainda o trecho citado, que a formação de Jorge Dias decorrerá no âmbito de uma outra antropologia de “national building” – o *Volkskunde* – e que as suas tentativas posteriores de actualização, face aos desen-

---

<sup>7</sup> Este último trecho parece muito pouco ajustado para caracterizar a produção criticada. Nesta, é o povo – o conjunto indiferenciado das classes subalternas do país – que possibilita a observação etnográfica. Os traços referidos seriam mais característicos dos implícitos que justificavam as monografias de comunidade feitas por Jorge Dias, por exemplo.

<sup>8</sup> Aquém também dos trabalhos de intentos sistemáticos do “grupo do Museu de Etnologia”, que o mesmo Jorge Dias encabeçava. Pretendo sublinhar aqui a ausência de um circuito académico que sediasse a reprodução de conhecimentos. Jorge Dias diz, por sua parte, referindo-se a Leite de Vasconcelos: “na falta de uma cátedra reuniu os jovens nas revistas que fundou e dirigiu” (1952:15). Uma consulta daquelas revistas dá conta da variedade das colaborações ali acolhidas (cf. Leal, 1996; Guerreiro, 1986).

volvimentos consolidados na antropologia funcionalista britânica ou no culturalismo americano – que então impunham a sua hegemonia como escolas de referência a nível internacional – se revelaram frustes e carregadas de ambiguidades, como defendeu com boas razões João Pina Cabral (1991). Sublinhe-se também a sugestão de Ribeiro de que Jorge Dias se foi tornando “devedor” do que na frase citada surge designado como “escola portuguesa”, compromissos nitidamente expressos no seu texto de 1952, intitulado *Bosquejo histórico de Etnografia Portuguesa*. Aqui, neste texto, apresenta-se uma leitura genealógica dos interesses de estudo etnográfico em Portugal. Linhagem no termo da qual o autor se apresenta como protagonista modernizador que introduz uma abordagem nova no contexto interno. De passagem, o que importará sublinhar neste texto, será – mau grado os intentos do autor – a importância dos compromissos que se obriga a reconhecer com a história, as instituições e as práticas contemporâneas da etnografia de facto existentes no país.

Se tomarmos em conta os trabalhos de Jorge Dias, e apesar das tentativas que fez em seu tempo para entrosar a obra no âmbito de correntes teóricas de curso cosmopolita, ficarão referenciadas de novo as possibilidades muito escasas de que o seu legado possa ser reivindicado como referência conceptual pelos antropólogos a exercer trabalho hoje em dia. Assim, deve notar-se que nenhum dos antropólogos hoje activos nos departamentos de antropologia se reclama discípulo de Jorge Dias, pese embora a singularidade da sua figura, a importância dos trabalhos que desenvolveu e efectividade de algumas das rupturas que protagonizou no seu tempo. Por maioria de razões, tampouco Leite de Vasconcellos é reivindicado como um ancestro, muito embora seja esta, na minha opinião, a figura definitivamente mais importante e incontornável dos estudos etnográficos praticados até hoje em Portugal – como Jorge Dias assinalava já em 1952, e como um inquérito agora conduzido junto dos praticantes que hoje dizemos “locais” da etnografia concerteza poderia confirmar. Nessa medida pode lamentar-se a pouca atenção que a sua obra tem merecido na historiografia feita por antropólogos<sup>9</sup>.

É possível dizer que a antropologia académica portuguesa dos nossos dias não tem um ancoramento nacional em termos teóricos – é definitivamente estrangeirada nas suas referências conceptuais mais significativas. O reconhecimento deste facto não deve ser dramatizado, julgo aliás que ninguém o fará – este é afinal um lugar comum. Assim, o passado e as expressões actuais da antropologia de “nation building” cultivada em Portugal, podem tornar-se um

---

<sup>9</sup> Que algo está a mudar julgo que fica sugerido por artigos recentes de Freitas Branco (1994, 1995) e João Leal (1996). Tb. Freitas Branco, num texto mais antigo, se demonstra mais especialmente atento face a esta figura (1986).



puro objecto de estudo, despido de ansiedades de identificação.

Por outra parte, de um modo mais largo, o país que é dito como nação ao longo do último século e meio, deve àquela antropologia muito peculiar possibilidades de ser imaginado que se mantêm activas, que se reproduzem ainda hoje, impondo factos sociais que são nossos contemporâneos. Assim será ingénuo pensar que é possível perceber bem uma variedade de fenómenos muito actuais se nos mantivermos alheados da consideração dos seus particularismos, aquém da impossibilidade de ali radicarmos a nossa identificação profissional.

Pode desactivar-se neste passo a parábola bem conhecida de John Davis, a qual refere a eventualidade que se punha aos jovens “mediterraneanistas” britânicos de cruzar nos novos terrenos com “tylolean professors”, desfasados das novas correntes teóricas como velhos cabos japoneses perdidos na selva, ignorantes do fim da Segunda Grande Guerra (Davis, 1976; cf. a glosa feita por João Leal a partir desta pequena história, no prelo). Aquilo que para aqueles portadores da nova maneira de fazer antropologia poderia surgir como encontro com “esqueletos guardados no armário” de uma Europa outra, anacrónica e ainda vagamente exótica, tinha, ao fim e ao cabo, escassas possibilidades de acontecer em Portugal. Uma única figura tinha encarnado de um modo bem definido o papel do antropólogo académico influenciado por Tylor, mas num tempo que fora contemporâneo deste: Consiglieri Pedroso. Pode dizer-se no caso português – e para além dos trabalhos de Jorge Dias e da sua equipa – que o particularismo dos interesses cultivados localmente ultrapassava as possibilidades da imaginação dos antropólogos sociais ingleses, chegados ao sul da Europa a partir dos anos 50. É possível dizer ainda que essa estranheza reflectiria a sua falta de familiaridade com dimensões culturais de âmbito nacional, concerteza relevantes para quem, neste contexto, procedesse a aproximações de “terreno”<sup>10</sup>.

Uma das questões levantadas por James Clifford – quando interroga os limites que referenciam a identificação profissional dos antropólogos hoje em dia, momento em que as suas práticas se pluralizam sistematicamente – deve ser tida aqui em conta. Pergunta Clifford se é possível reconhecer uma fronteira aberta, em termos institucionais, entre a antropologia, os “cultural studies” e outras tradições análogas. Responde muito taxativamente que não (1997:63).

Sem nos alongarmos nas razões que justificam esta resposta, sugira-se os embaraços que propõe para quem queira considerar com alguma profundidade e

---

<sup>10</sup> Como reconhece o próprio J. Davis na mesma obra, descrevendo a intimidação produzida por esta consciência e os modos de a contornar que foram encontrados. Na minha opinião, é nos vários trabalhos de Michael Herzfeld onde melhor surge resgatada a ênfase nas relações – sempre ineludíveis em contexto europeu – entre o que é local e o que decorre das determinações da existência antiga e actuante do Estado.

latitude a história dos interesses da “descrição do povo” no contexto português. Aqui, torna-se muito rapidamente claro que os critérios de referência importantes para o reconhecimento daqueles interesses também se encontram no conhecimento da tradição bucólica, da novela ou da pintura romântica, na recepção feita da percepção pitoresca, nas práticas de lazer aristocráticas, da alta burguesia e também dos vários estratos das classes médias, nos guiões que se fizeram para o cinema nas suas primeiras décadas, na familiaridade com os critérios estéticos predominantes em cada uma das épocas estudadas. Por contrapartida são definitivamente menores – ou com possibilidades muito rarefeitas de detecção – as referências propostas por práticas de observação e registo no terreno de práticas sociais, conduzidas por um etnógrafo “observador participante”<sup>11</sup>. Aquilo que quero dizer é que uma abordagem levada a cabo seguindo o critério seguido por Raymond Williams em *The Country and the City* – texto de referência, fundador, dos “cultural studies”, como é habitualmente reconhecido – poderia conduzir a resultados particularmente esclarecedores sobre alguns dos aspectos das práticas que compuseram o que aqui tem vindo a ser designado como a “anthropology of nation building” praticada em Portugal ao longo dos séculos XIX e XX.

## 2.

A consolidação do conhecimento do país esteve dependente de um discurso científico desdobrado em disciplinas novas, ou refundadas, nas últimas décadas do século XIX. Jacques Le Goff diz que aconteceu o surgimento de uma nova civilização da inscrição” na Europa dos meados do século XIX; época em que “o movimento científico destinado a fornecer à memória colectiva das nações os monumentos da lembrança (se) acelera” (1984: 38)<sup>12</sup>.

Será muito arriscado atribuir um papel primordial, ou sequer particularmente proeminente, às abordagens científicas do conhecimento de Portugal e da sua diversidade interna. Estas podem ser percebidas enquanto tardias, relativamente isoladas, e dependentes em muitos momentos de propostas prévias de rigor menos aferível, todavia muito eficazes na instituição de símbolos e de representações socialmente partilhadas. Quero sugerir que a soma disponível de

---

<sup>11</sup> Por contrapartida será fácil admitir que os antropólogos sociais/culturais de hoje em dia se reconheçam mais facilmente na escrita e no tipo de observações registadas por alguns novelistas da passagem do século que, emulando E. Zola, faziam notas de terreno com assiduidade.

<sup>12</sup> Em Portugal as práticas científicas constitutivas de “monumentos da memória”, conhecem um surto intensivo a partir dos anos 70 do século passado. Surgem praticantes locais de disciplinas como a geografia, antropologia física, a etnologia, a arqueologia, a museologia; surge renovada e populariza-se a escrita da história (cf. Ribeiro, 1977; Vasconcelos, 1980; Catroga 1993; Silva 1997).

recursos de identificação do país e das partes neles distinguidas se apresenta como um palimpsesto de produções literárias, iconográficas e científicas, relativamente inextricáveis na sua sobreposição. Michel Roncayolo diz, a propósito das leituras geográficas das paisagens francesas feitas nos finais do século XIX: “la lecture savante n’est pas étrangère à la esthétique, aux stéréotypes du voyage ou de la découverte exotique, a l’élaboration du paysage en spectacle ou object de consommation” (1986: 488).

Aquela caracterização é bastante sugestiva, com analogias importantes com o processo de intercruzamento de referências, sugerido para os modos de dizer o país e os seus habitantes mais influentes no Portugal do fim do século XIX e princípios do século XX. O reconhecimento da fecundidade destes processos mistos de classificar na criação de registos de conhecimento partilhado – afinal, de factos sociais que são muito efectivos –, era facilmente aceite pelos estudiosos da época, como Sampaio Bruno, referindo a eficácia do conhecimento obtido por intermédio da “sugestão intensificada da literatura” (1987: 181); ou ainda por José Leite de Vasconcellos, mais solenemente, quando diz que “os artistas adivinham muitas vezes o que, por outro lado, os investigadores de História descobrem à custa de fatigante labor cerebral” (1980: 246).

Importa referir a constante sobreposição que é detectável entre o discurso do país e da sua diversidade provincial e a história dos interesses etnográficos aqui cultivados ao longo dos últimos 150 anos. Este argumento e a profundidade do tempo sugerida para aquela confluência, sugere a importância de considerarmos “descrições do povo” que são concorrentes – ou pelo menos invisibilizadas –, de uma história que valorize apenas as expressões mais rigorosas da prática etnográfica.

George Stocking, no seu texto de 1982 que já foi referido, enfatiza a pluralidade histórica das práticas que um termo comum – antropologia – pode denominar retrospectivamente. Neste passo deixa sugerida, nomeadamente, a diversidade das várias “anthropologies of nation-building”, cujas origens foram gémeas dos surtos de nacionalismo cultural que emergiram na Europa das primeiras décadas do século XIX. Um exemplo destes particularismos casuísticos foi estudado por Michael Herzfeld na Grécia, como atrás ficou anotado. Ali os estudos folclóricos e etnográficos acolhem-se sob um termo específico – *laografia* – cujas práticas muito peculiares devem ser explicadas pelas relações directas mantidas com o discurso nacionalista (Herzfeld, 1986; conferir o caso finlandês com Wilson, 1976).

José Leite de Vasconcellos, por sua parte, entronca a periodização do cultivo que diz – muito expressamente – científico dos interesses etnográficos nos estudos dos irmãos Grimm e, no que diz respeito a Portugal, nos trabalhos de Almeida Garrett, João Pedro Ribeiro e Alexandre Herculano. Neste período, assim aberto,

se situa muito familiarmente o autor (1980: 232 e 250). Julgo que devemos ter em devida conta esta opinião, atentando no mesmo passo na estrita coincidência aqui proposta entre o tempo em que surgiu esta dita ciência e o das primeiras manifestações de sensibilidades nacionalistas.

Uma frase de António Mendes Correia sintetiza algumas das características mais proeminentes dos estudos etnológicos, na sequência do surto de sensibilidades nacionalistas dos inícios do século XIX<sup>13</sup>:

“a ciência das origens étnicas nascera já quando em 1846 sai o primeiro volume da *História de Portugal* (...). Davam-se os primeiros passos para os estudos científicos modernos da Antropologia, Linguística, Pré-História, Etnologia, etc... Ia começar a ‘História militante’, expressão feliz com a qual Henri Berr designa as escavações arqueológicas entendidas no seu sentido mais amplo” (1933:10; cf. analogias com caso grego in Herzfeld, 1986: 11).

Na interpretação da frase que ficou citada deve ser tida em conta a periodização proposta e salientar tanto a “militância” quanto o carácter “arqueológico”, atribuídos ao conjunto entretecido de disciplinas – que podíamos designar como “ciências da identidade nacional” – surgidas com o século XIX. A homologização entre a etnologia e arqueologia é um lugar comum, imposto nos mais precoces enunciados do discurso nacionalista em Portugal. Na frase de Mendes Correia, ficam concatenadas várias disciplinas de um modo que será pouco surpreendente: as ligações propostas entre aquelas práticas de estudo pareceriam evidentes a qualquer erudito europeu no século passado; em 1933 – época de novos exacerbamentos nacionalistas – tampouco poderiam ter sido consideradas anacrónicas.

A prática de uma “história militante” impõe critérios de legitimação que são internos, não universais, específicos a cada estado-nação – propõe que se pense em termos de verdades aquelas que o são apenas “aquém Pireneus”, para parafrasear a ironia do dito de Pascal. Em Portugal, no que respeita à etnografia, a ausência de um circuito universitário autorizado para estabelecer cânones de referência para a produção etnográfica é um facto muito importante a ter em conta, como já ficou referido. Daqui resulta – se tivermos simultaneamente em conta a pluralidade dos usos sociais do termo etnografia, ao longo de mais de um século – a impositão

---

<sup>13</sup> Mendes Correia praticou sobretudo a antropologia física e a arqueologia. Foi figura institucionalmente muito influente e com contactos internacionais importantes. No seu retrato, feito por Orlando Ribeiro, sublinha-se um carácter volúvel, disposto à adesão acrítica a todas as teorias mais recentes. Nos seus escritos pode, por exemplo, ser percebida uma proximidade forte com as teses racistas da antropologia vigente na Alemanha dos anos 30. Aproximação logo inflectida no princípio da década seguinte, quando já se adivinha o desfecho do conflito mundial (cf. Ribeiro 1977; Curto, 1996).

de limites muito difusos às possibilidades do exercício da sua história<sup>14</sup>.

Em 1913, o jovem Jaime Cortesão dava conta das motivações que moviam – que deviam mover! – os estudos etnográficos, dizendo:

“para que enfim se forme ou se torne clara a consciência nacional dando-nos conta da possível unidade finalista, é indispensável o conhecimento do Cancioneiro popular, porque nele se revela toda a alma do Povo (...). O estudo das canções populares, ramo de outro mais vasto estudo – as Tradições Populares – há muito que preocupa todas as nações da Europa, movidas mais pelo sentimento nacional, do que pela curiosidade científica (s.d.: 9).

Estes juízos, enunciados às portas da “Guerra das Nações” – e cujas petições já tinham sido senso comum para Almeida Garrett, ou que tem ainda réplicas práticas nos nossos dias em revistas concelhias ou regionais –, sugerem o interesse em pensar a parte mais ampla dos estudos etnográficos realizados em Portugal nos seus particularismos e na pluralidade das suas expressões, irreduzíveis à cientificidade relativa que o nosso olhar retrospectivo esteja disposto a atribuir-lhes.

O termo “neo-garretismo”, serviu a Jacinto Prado Coelho para classificar o conjunto de produções estéticas e eruditas mais notáveis surgidas a partir dos finais século XIX (1976, entrada “neo-garretismo”). O autor refere a permanência desta larga corrente ideológica de matriz neo-romântica ao longo do século XX. António José Saraiva e Óscar Lopes, por sua parte, anotam os contornos de um revivalismo tardo-romântico nos finais do século XIX. A evolução destas sensibilidades teria dado origem a várias correntes, pequenas escolas, onde os autores vão distinguir sucessivamente: o “neo-garretismo”, o “nacionalismo”, o “integralismo”, a “renascença-portuguesa” e o “saudosismo” (1989: 1013; tb. Lopes, 1987: 209-271). José Augusto França corrobora estas sugestões num registo mais amplo, documentando a persistência – que diz anacrónica – das expressões de matriz romântica em Portugal até aos dias de hoje (1993: 551-572).

Aquilo que aqui importa fazer notar – para além das minudências de discriminação possíveis entre a miríade dos nomes de escola – é que algo de comum unia estes vários movimentos: a sensibilidade nacionalista e o intento de

---

<sup>14</sup> Quero sublinhar a opinião de que teria sido possível ensinar uma etnografia nacionalista nas universidades portuguesas – como se ensinou *Volkskunde* na Alemanha ou o império na antropologia social britânica, por ex. –; isto não aconteceu efectivamente, e é apenas nesta medida que cresce a fluidez dos limites do reconhecimento deste conjunto de práticas, que percebidas na sua acepção mais difusa surge difundida entre os membros das *elites* e das classes médias portuguesas, a partir dos anos de 1880.

contribuir para a criação de uma cultura nacional nova onde tinham lugar muito importante vários modos de descrever o povo. Estas disposições estavam generalizadas por toda a Europa e também no resto do Mundo, revertendo cada uma das suas manifestações casuísticas como vivência e projectos situados de uma “ideologia internacional” então hegemónica; como diz O. Lofgrën, “the international thesaurus is transformed into a specific *national lexicon*, local forms of cultural expression, which tend to vary from nation to nation” (1989: 22; cf. tb. Anderson, 1983; Ramos 1994)<sup>15</sup>.

Entre os neo-garretistas pioneiros Prado Coelho identifica, nomeadamente, Leite de Vasconcellos, Alberto Sampaio, Adolfo Coelho, Joaquim de Vasconcelos, Martins Sarmiento e Rocha Peixoto. Neste conjunto de nomes, e no que respeita à etnologia mais estritamente, podem ser reconhecidos os nomes de Adolfo Coelho e Teófilo Braga, enquanto protagonistas de um momento inédito de actualização na história destes interesses no país (cf. Branco, 1985, 1986; Leal, 1993a; Pina Cabral, 1991). Assim, tendo em conta a pluralidade temática das obras destes autores – e ainda de outros seus contemporâneos, com lugar cativo no panteão dos interesses etnológicos em Portugal que também ficaram referidos – devem ser sobretudo considerados como polígrafos eruditos que praticaram muito pontualmente uma das “ciências da identidade nacional” em termos cientificamente actualizados, segundo os critérios que hoje nos dispomos a valorizar. Deste ponto de vista, parece-me ser muito correcta a sugestão de Diogo Ramada Curto, quando diz que se corre o risco de fazer uma “desarticulação de saberes”, retroactivamente exercida quando se pratica a história de cada uma das actuais disciplinas científicas tomando como referência os critérios de especialização contemporâneos (in A. S. Silva e V. O. Jorge, 1993: 23-26)<sup>16</sup>.

Algumas referências bibliográficas dos meados do século XX, onde surgem propostas de recenseamento da história dos interesses etnográficos no país, propõe-nos uma definitiva impressão de fluidez de critérios de julgamento do que é

---

<sup>15</sup> Conferir como referência genérica Rui Ramos, 1994, sobretudo os capítulos “A Traição dos Intelectuais” e “A Invenção de Portugal”. Este texto, com todas as suas ironias, desmistifica muitos dos lugares comuns sobre a passagem do século em Portugal e é, por outro lado, extraordinariamente rico de informações com interesse para os antropólogos que têm o seu terreno no país.

<sup>16</sup> Conferir o texto mais recente de João Leal; ali surgem muito bem ponderadas as subtilidades do interrelacionamento da prática das várias disciplinas no interior do conjunto da obra de José Leite de Vasconcellos; é importante, nomeadamente, a identificação feita de um processo de “vaivém” entre a arqueologia e a etnografia na cronologia da edição da sua obra (1996, cf. tb. Branco, 1995).

Dizia-me com muito chiste um colega, a propósito de Teófilo Braga: “até foi Presidente da República”. Esta observação, concerteza importante, prescinde, por todos os seus pressupostos, de comentários adicionais. Pode-se acrescentar, com a mesma tónica, que também Teófilo fora organizador das festividades camoneanas de 1880 – momento importante, pioneiro, no uso pedagógico e nacionalizador do cortejo e do mercado dos objectos produzidos em série –, e, ao fim e ao cabo, um dos ideólogos mais importantes do republicanismo.

“etnográfico”, de quem é “etnógrafo”, de quem pode ser contado como “etnólogo” ou do que é “etnológico”. Nos textos de Mendes Correia, Luís Chaves, Fernando Castro Pires de Lima, Jorge Dias ou Flávio Gonçalves, podemos seguir algumas das valorações feitas, confirmando a impressão singular de diferença sugerida pelos critérios ali valorizados<sup>17</sup>.

Sobretudo significativa naquelas histórias, parece ser a empatia com “atitudes etnográficas” que já tinham presentes nas obras muito divulgadas de Almeida Garrett ou de Júlio Dinis (cf. Silva, 1987: 63). Fernando C. Pires de Lima, por exemplo, atribui parágrafos largos ao apreço dos conteúdos etnográficos das obras de Almeida Garrett, Júlio Dinis ou Camilo C. Branco; por contrapartida, é irrelevante a atenção dada aos trabalhos de Rocha Peixoto ou de Consiglieri Pedroso (1948). Estes são autores que Luís Chaves nem sequer refere numa resenha de título ambicioso – “Fases da Cultura Etnográfica” (1947) – onde são referidas com entusiasmo as qualidades etnográficas das obras de Bernardim Ribeiro, D. Francisco Manuel de Melo ou do pintor Silva Porto.

Jorge Dias diz por sua parte, por exemplo:

“O segundo organismo lisboeta é o Secretariado Nacional de Informação, representado pelo ‘Museu de Arte Popular’ que embora sem propósitos científicos, constituiu um grande acontecimento dentro da etnografia portuguesa” (1952: 36).

Para quem conheça o “Museu de Arte Popular”, intocado desde a sua fundação, o sentido desta frase apenas pode ser obscuro. Contudo, a disposição mais rigorosa de Dias, auto-proposto renovador destes estudos, leva-o a questionar mais adiante a postura curiosa de um dos seus pares:

“Após este breve quadro geral, importa saber o que se passa no nosso país. Será a fase actual simplesmente de aproveitamento etnográfico, em exposições, concertos, concursos, etc., para manter as características nacionais e recuperar o perdido (...) como pretende Luís Chaves. Não o creio, seria a negação da própria ciência”.

Podemos relativizar as razões da inquietação de Jorge Dias face às disposições muito pragmáticas de Luís Chaves. Afinal aquele fora um modo de fazer, de usar “descrições do povo” que tinha na época muitas décadas de uso intenso e (relativamente) bem sucedido nos seus propósitos nacionalizadores. Todavia, importa ressaltar que nos enunciados sobre o nacionalismo, a educação, ou nos usos pedagógicos da etnografia, são detectáveis nos anos 20-50 tentações totali-

---

<sup>17</sup> Importará notar que os autores agora referidos, excepção de Flávio Gonçalves que foi historiador de arte, foram as figuras institucionalmente mais influentes da “idade média” – é plena a intenção metafórica e irónica deste uso – dos estudos e das práticas etnográficas nos meados do século XX.

tárias muito óbvias, de acordo com os ares do tempo, ausentes ainda na passagem do século – tempo em que foram elaborados a maior parte dos emblemas depois postos a uso na produção intencionada de uma cultura de massas. De facto, mais tarde, com o regime autoritário saído do 28 de Maio puderam ser melhor orçamentados, mais apoiados pelo Estado, incumbido também de calar os críticos. Aquilo que quero dizer, por exemplo, é que algo muito similar ao concurso da “Aldeia mais portuguesa de Portugal” poderia ter acontecido nas três décadas anteriores (cf. Brito, 1982)<sup>18</sup>.

Este tipo de preocupações, bem clarificadas nos seus contornos, podem ser encontradas, sem muita surpresa, junto de duas personalidades bem díspares na Europa daquela primeira metade do século XX. Com Gramsci, que diz:

“Folklore must not be considered an eccentricity, an oddity, or a picturesque element, but as something which is very serious and is to be taken seriously. Only in this way will the teaching of folklore be more efficient and really bring about a new culture among the broad popular masses...” (1985: 191).

E com António Ferro, cuja acção e bibliografia devem ser percebidas como envolvimento pleno com as preocupações que encontramos sugeridas no extracto de Gramsci que ficou citado. Diz Ferro, pela sua parte, apropriando as palavras de um crítico francês à estreia parisiense do *Ballet* “Verde Gaio”:

Os homens de hoje, empolgados pelo ritmo trepidante da vida moderna e formados na escola dos rápidos ideogramas do cinema, habituaram-se a pensar por imagens (...) o “écran” e o lirismo coreográfico resolvem elegantemente, numa civilização que deixou de conhecer o custo luxuoso das horas vagas, o problema da cultura colectiva acelerada (1950: 102).

Estas são já apreciações tardias, olhar retrospectivo de quem tinha exercido um enorme poder na produção de uma cultura nova em Portugal. Contudo, esta consciência e metáforas similares podiam já ser encontradas nos textos do jovem “modernista” que fora Ferro nos anos 10 (cf. descrição de Ramos, op. cit.). Note-se que estas necessidades eram também ressentidas já pelos anos de 1910 por um jovem professor primário em Viana do Castelo, Abel Viana, organizador do primeiro rancho folclórico “moderno” em Portugal.

---

<sup>18</sup> Como diz Rui Ramos com muita graça, foi a “falta de dinheiro” que boicotou muitas vezes a vivacidade das intenções nacionalizadoras ou, *mutatis mutandi*, regionalizadoras, nos anos derradeiros da Monarquia Constitucional ou durante a Primeira República. Para ambos os projectos demonstrou-se mais generoso nas disposições de financiar o Estado Novo.



## 3.

Tinha sido contemporânea de Almeida Garrett a definição de etnografia enquanto “arte de pintar os costumes das nações”<sup>19</sup>. Entre os anos de 1870 e 1880, ganha contornos uma nova definição de etnografia, sumariável enquanto “descrição das tradições” ou, mais forte em seus subentendidos, “descrição da Tradição” (são sugestivas as definições apologéticas do que a “tradição” é, no primeiro texto importante de Leite de Vasconcellos, em 1882, cf. Leal, 1996 e tb. Guerreiro, 1986). O que ficara retido pelo olhar romântico – o avulso *hic et nunc* do quotidiano das classes subalternas rurais, recriado pela pintura, a novela, e logo a fotografia – era já a parte entesourada, conjunto de tradições, parte da “Tradição” – logo se multiplicarão as possibilidades de registo, de alargamento decidido do espólio – já ficou dito terem sido desde os anos de 1880 até à década de 1930 o período crucial do processo de invenção de uma cultura nacional (cf. Ramos, 1994; Hobsbawm 1985).

No grande roteiro das “fontes de investigação etnográfica” proposto em 1933 por José Leite de Vasconcellos, surge referenciado um leque de obras e de autores definitivamente eclético. Vasconcelos retém referências tão diversas como o *Promptuario da Agustiniiano das Indulgencias da Correea*, as obras de Camilo e de Júlio Dinis, as caricaturas de Bordalo ou o noticiário avulso de *O Século*. Valerá a pena citar aqui extensivamente um trecho que é sugestivo:

“Para este derramamento de gosto dos estudos etnográficos tem concorrido, não se negará, a acção das revistas especiais; e alguma se atribuirá aos museus, exposições ergológico-industriais, a congressos regionalísticos, e aos artistas, que para a execução das suas obras, com que nos arrebatam, se inspiram em actos e objectos da vida tradicional. Os próprios jornais, e revistas de várias feições concorrem para o progresso de que se está falando: estas inserindo artigos etnográficos ou *folkloricos*; aqueles abrindo, por exemplo, ‘concursos’ de canções e provérbios, e adivinhas, e dando notícia de festas, superstições e costumes. Às *revistas ilustradas* se deve igualmente muito com a publicação que, pelo lado do desenho, fazem de análogas espécies; o mesmo se dirá de *bilhetes postais ilustrados* hoje tanto em moda por toda a parte, e onde se vêem, por exemplo, desenhos de trajos, de instrumentos de transporte, de ‘tipos’ das ruas, de vendilhões, de pastores, de festeiros, de mercados, de casas, palácios e castelos, de mil coisas, enfim, respeitantes a várias terras de Portugal” (1980: 323-324).

---

<sup>19</sup> Esta é a definição proposta na edição de 1831 do Dicionário de Moraes; conferir Vasconcelos, 1980: 18.

Em 1933, o autor, já poderia ter referido o cinema, os seus cenários e guarda-roupa, a tradição dos cortejos carnavalescos nas grandes cidades, os primeiros cortejos etnográficos, uma ópera, a opereta, as “revistas” teatrais. Cada um destes registos propiciava descrições do povo; cada uma delas sempre eventualmente sugestiva – como as várias formas de (d)escrever o povo –, contendo possibilidades liminares de verosimilhança, possibilidades de ser retida porque eficaz como modo de dizer num dado momento e com determinados objectivos, mantendo também a susceptibilidade de ter efeitos reflexivos sobre os objectos da descrição. Julgo que quase tudo nesta frase de Leite de Vasconcellos deve ser sublinhado e mereceria um comentário detido. Retenha-se por agora, como trecho-chave, a sugestão da existência na época de um “derramamento do gosto dos estudos etnográficos”, susceptível de se expressar por tão grande variedade de meios.

Importa ainda, por alguns momentos, seguir a pista das imagens – tendo em conta a sugestão de Luís Chaves de que Silva Porto devia ser contado como figura importante na história dos interesses etnográficos, e também a atenção minuciosa demonstrada por Vasconcellos às várias formas de visualizar aspectos da vida tradicional. Num texto menos conhecido, “A Arqueologia e a Etnografia nos Bilhetes Postais”, chega a dizer pela sua parte Rocha Peixoto:

“É pois um documento icónico que surge e triunfa, mercê do preço acessível, da novidade e até da moda. Graficamente não poucos são excelentes e nomeadamente os monocromáticos. Cumpre distinguir, todavia, nos de assunto etnográfico, os que reproduzem fielmente cenas, costumes e arquitectura dos que sacrificam a realidade em nome duma presumida estética amaneirada e pueril.

(...) Com a ânsia de novidade, a concorrência e as facilidades da fotografia e da gravura, a verdade é que já se buscam os assuntos ilustrativos em recessos até há pouco inacessíveis mesmo aos indigadores mais desvelados. É lícito presumir que, alguns anos volvidos, raro será o monumento ou tipo regional que não se registre na curiosa e baratíssima galeria dos bilhetes postais ilustrados” (1975).

É claro que o afã de conhecimento agora registado, a difusão massiva destas imagens produzidas em série, apenas podia resultar como multiplicação de vias do “derramamento” dos conhecimentos, referido por Leite de Vasconcellos na passagem que ficou citada. Afere-o aqui convicto o mais rigoroso dos etnógrafos da passagem do século. Por outra parte, parece evidente que o país se podia tornar conhecido para os portugueses por este intermédio – estes eram passos do seu próprio aporuguesamento. Neste processo de imaginação das partes do país e dos seus habitantes, ficava também em aberto a possibilidade da eleição selectiva de ícones, susceptíveis de serem manipulados para servirem interesses situados de identificação colectiva.

O comentário de Peixoto é ainda curioso por outras razões. Sabemos como

o autor palmilhara as montanhas do Norte do país, abrindo passagem, colocando-se – como dizia já em 1968 Flávio Gonçalves – “na origem dos intérpretes de um dos aspectos mais típicos da *etnosociologia* portuguesa” (1968: XI)<sup>20</sup>. Resente todavia o autor a concorrência de outros especialistas que, como ele próprio afinal, eram também fazedores de imagens, criadores, nomeadamente, dos “lugares remotos” no espaço conceptualmente cerrado do Estado-nação – quando se intentava estabelecer os limites espacio-temporais da comunidade imaginada Estado-nação (cf. Ardener, 1987; Herzfeld, 1997: 37-55). A consulta das revistas ilustradas ao longo de toda a última metade do século XIX, deixará a sugestão de serem as pistas das serras do Norte do país intensamente percorridas, permitindo perceber que puderam perdurar até hoje parte dos símbolos de primitividade então elegidos<sup>21</sup>. Manuel Monteiro – historiador da arte, figura também importante da empresa do apontuguesamento do país – diz do seu amigo etnógrafo:

“O sr. Rocha Peixoto, douto homem de ciência que adita a uma singular erudição os primores de uma plástica inconfundível, num resumo lúcido, *kodaquisou* a vivenda barrosã que pessoalmente examinou e largamente perscrutou” (in Biel, vol. VII, sp.).

É claro que é termos de lugares ou objectos fixados como ícones que se deve pensar (cf. M. Herzfeld, 1997, cap. III). Rocha Peixoto não *kodaquisara* uma vivenda barrosã; na verdade o Barroso – com as suas casas colmadas e “a barrosã” de capucha – estava composto como uma das paisagens nacionais, reconhecidas por intermédio de uma iconografia que tinha frequentado as revistas ilustradas desde os anos de 1860 (cf. Medeiros, 1995). No *Quadro das Instituições Primitivas*, Oliveira Martins refere entusiasmado as práticas que presume particularmente arcaicas de S. Miguel de Entre-os-Rios, registadas em primeira mão por D. António da Costa em *No Minho*. Estas referências foram aparições únicas na literatura etnográfica ou amena – o que causa surpresa, aliás, dada a incontornável influência do primeiro autor na determinação de modos de imaginar o país –; por contrapartida a vizinha povoação do Soajo conheceu a glória de inúmeras referências alegóricas, que têm aliás um exemplo precoce e superlativo nas páginas do livro de D. António da Costa. Ali, figurou-se a forma microcós mica e ideal de sistemas tão díspares quanto a monarquia constitucional, a república, o estado-novo, a democracia, o socialismo ou o comunismo, ao longo de mais de um

---

<sup>20</sup> É sugestiva a referência de Gonçalves; nesta data, sabemos como se manteve “típico” este aspecto na etnografia portuguesa, sendo aqui referência importante os trabalhos muito mais tardios de Brian O’Neill e Joaquim Pais de Brito.

<sup>21</sup> Por volta de 1900, o Soajo, as Caldas do Gerês, Castro Laboreiro e o Barroso, seriam lugares muito facilmente reconhecíveis para o público leitor das revistas ilustradas.

século, com réplicas notórias ainda nos nossos dias<sup>22</sup>.

Também José Leite de Vasconcellos pôde ressentir os equívocos gerados na empresa afanosa de criação de imagens monumentalizadoras do país e do povo que assombrou os princípios do século XX. Vasconcellos lamenta no volume III da *Etnografia Portuguesa* o que percebe como poluição dos seus propósitos científicos, por aquilo que poderíamos dizer serem as contingências da vivacidade do mercado da nacionalização cultural então existente. Em causa estão as imagens de minhotos de que pôde dispor para ilustrar as páginas desta parte da sua obra; anota o autor:

“Fig. II, p. 42 – Minhoto de outros tempos. Da mesma procedência das figs. 5-10. – Já depois de impressas estas figuras, na presente obra, vim a averiguar que algumas saíram na *Lusa* e diz-me o Dr. Claudio Basto que parte d’elas ou todas se vendiam em postais; e mais me informa o ilustre investigador que, conforme a apontamentos de Figueiredo da Guerra, nem tudo é exacto. Se eu soubesse isto antes de impressas nesta obra, talvez me abstivesse da reprodução” (1980b: 757).

Um artigo da mais importante revista ilustrada da passagem do século, *A Ilustração Portuguesa*, documenta as potencialidades pedagógicas destes objectos e a intensidade do seu uso:

“Dizem-me que em Portugal se gasta já perto de um milhão de bilhetes deste género, feito com as nossas ruas, as nossas praças, com os retratos dos nossos homens célebres, com os recantos pitorescos das nossas aldeolas, com os costumes graciosos das nossas províncias, com as ruínas das nossas torres seculares, das nossas igrejas vetustíssimas, dos nossos solares onde tantas coisas belas se passaram”.

Refere também uma das possibilidades de identificação propiciadas pelos bilhetes postais, curiosa e particularmente significativa, na minha opinião:

“(…) os cantinhos mais pitorescos da nossa terra, as mais belas ruas das nossas

---

<sup>22</sup> A respeito de Rio de Onor, outro destes lugares especialmente “remotos”, conferir algumas referências curiosas na edição do jornal *Público* de 28 de Julho de 1997. Em 1966, Jaime Cortesão, impressionado pela leitura de *Vilarinho da Furna* escrevia: “Remanescente vivo da pré-história, raríssimo numa Europa tão evoluida, Vilarinho é um clarão que nos chega ainda quente de humanidade e prene de lições, da furna abissal das primeiras idades...” (pp. 30). Julgo o livro de Cortesão muito importante por várias razões. Passível de ser incluído no conjunto – que se foi dizendo muito difuso – da etnografia portuguesa, este texto pode funcionar como chave para perceber como em torno dos lugares comuns sobre a “terra e o homem” de Portugal ou da “cultura popular”, tantas vezes se encontram a esquerda e a direita – sinónimo da eficácia que tiveram os processos de criação de uma cultura nacional desenvolvidos a partir do século XIX. Conferir também uma reasserção daqueles encontros num texto muito de António Manuel Couto Viana – homem das direitas –, intitulado “A primeira subida do galo de Barcelos ao poder”.

idades, os mais singulares aspectos da nossa vida, os rostos das nossas camponesas vão dizer aos estrangeiros que temos belos lugares e formosos rostos, aquém dos Pirenéus não vivem negros como alguns julgam” (1906, 2a série, n. 38).

Esta parece não ser uma questão menor, pelo menos nesta época; preocupa também a Rocha Peixoto, levando-o a escrever um artigo de jornal uns anos antes, em 1902. Em causa está também a manipulação de imagens, e a possibilidade nelas contidas de fazer circular nos meios científicos da Europa um estereótipo julgado negativo, deprimente da identificação nacional, desta vez investida numas quantas fotografias avulsas. Em “O Sangue de Preto no Povo Português”, Rocha Peixoto vem discutir o envio feito por um compatriota de algumas fotografias ao “antropologista Zaborowski” e as conclusões apressadas que este se permitiu:

“A ânsia patológica da notoriedade, ou infantil ou cínica, em todo o caso ilusória e pueril, explica-se, embora não se legitime. Insciente, ela avulta através de uma remessa imprudente de fotografias buscadas ao acaso por quem não é profissional, em *ateliers* esconsos de Lisboa, rebotalho de provas que hão-de mistificar uma agremiação científica. Mas o que surpreende é a contumácia do sr. Zaborowski nas suas frandulagens étnicas e a facilidade com que acolhe quem quer que surja sem a prévia exigência de algum testemunho literário.

Esta singular leviandade explica ainda a exibição, no livro já aludido e intitulado ‘Le Portugal’, de sete retratos representativos do povo português: lojistas de armarinho, caixeiros viajantes, um amanuense catita e lânguido e, como exemplar de mulher portuguesa, uma menina saída há pouco do asilo!

O livro ‘Le Portugal’, que certamente terá uma vasta expansão mercantil, e agora esta comunicação apresentada à Sociedade Antropológica de França, vão prestar-nos mais esse deplorável serviço...” (1975: 268-70).

É de um anátema gratuito imposto no(s) rosto(s) identificador(es) da nacionalidade que aqui se fala. Destas frases pode ser deduzida com propriedade a sugestão de uma inconfidência grave, a quebra dos princípios tácitos da ocultação do que pertence à esfera da “intimidade cultural”, o desvendamento – “pueril” deve notar-se – do que se passa de “portas adentro”, onde afinal existem “lojistas de armarinho” na galeria dos tipos correntemente reconhecidos<sup>23</sup>. Sigo os comen-

---

<sup>23</sup> Pode perceber-se nas localidades do Minho, por exemplo, o cuidado posto na ocultação pública das dissensões internas das “casas”. As crianças, compreensivelmente, são percebidas como elo frágil; por isso muito cedo ensinadas nestas artes de descrição – normalmente por via de colóquios irónicos conduzidos pelos membros adultos da “casa”, que assim cauterizam as disposições mais ingénuas de inconfidência. É nesta medida sugestiva a sugestão de puerilidade que Rocha Peixoto faz ao português alvo das suas críticas nos parágrafos transcritos.

Ainda no Minho os lugares, as freqüências ou os concelhos, são figurados como passíveis de

tários feitos por relação à Grécia por Michael Herzfeld, “Hence cultural intimacy. It is no accident that the pat Greek phrase for the defence of that intimacy, often heard as a reason for not discussing admitted weaknesses of the nationalist argument before a foreign audience, should be: *ta en iko mi en dhimo* (matters of the house [Classical greek *oikos*] [should] not [be exposed] in the public sphere)” (1997: 95). Esta não será uma bizarrria trópica dos gregos, um mesmo tipo de enunciados pode ser reconhecido no discurso dos políticos portugueses, onde tantas vezes irrompe o uso metafórico do termo “casa” como modo de aludir ao Estado-nação e vincar os apelos da identificação e da solidariedade colectivas (Salazar usava com mestria esta metáfora os seus desdobramentos nos discursos oficiais; Marcelo Caetano manteve na televisão as afamadas “Conversas em Família”; este tipo de equiparações metafóricas não desapareceram com a mudança do regime, surgindo, pelo contrário, com frequência bastante assídua).

Podéria suscitar uma discussão apaixonante – sem espaço para que seja prosseguida neste texto – a tentativa de perceber as razões que justificam que nenhuma das fotografias feitas por Rocha Peixoto tivesse subsistido como ícone identificador das áreas que frequentou ou, por exemplo, do Norte do país ou mesmo de Portugal no seu conjunto. De facto, tomando a sério – como vale a pena fazer – as acepções de etnografia mais correntes desde há mais de um século, poderíamos dizer, paradoxalmente, que as fotografias de Rocha Peixoto são bem pouco etnográficas. Aquelas acepções – que contribuem para a reprodução da sociedade e, nomeadamente vão transformando o país num movimento que se tem acelerado nos últimos anos – sustentam uma percepção do que é etnográfico que pode ser reconhecido mais facilmente nas novelas de Júlio Dinis, na azulejaria de motivos regionais estilizados por um traço modernista produzida nos anos 50, nos festivais folclóricos, nas novíssimas feiras de artesanato ou até mesmo nas imagens de recente *spot* televisivo de publicidade ao “azeite Gallo”. Julgo que é a decantada questão da autenticidade que aqui está em causa. As fotografias de montanhese miseráveis e bisonhos captados pela sensibilidade “naturalista” de Rocha Peixoto, não serviram de facto à produção de uma cultura de massas nacionalizadora durante o século XX (cf. o texto de Peixoto “As Olarias de Prado” que é muito expressivo destas sensibilidades: texto que poderia ter sido escrito, por exemplo, por Fialho de Almeida). Tampouco às apropriações mais localizadas feitas destes produtos nas capitais dos distritos ou dos concelhos frequentadas por este etnógrafo.

---

serem “envergonhados” ou de receberem “uma desfeita” – i.e. de perderem a face, em determinados tipos de confronto que envolvem entidades homólogas. Coisa que também pode acontecer aos países, como a todos é familiar.

## 4.

Leite de Vasconcellos poderia ter dito, sensivelmente, de alguém que hoje identificaríamos como “etnógrafo local”: “Fulano que na pequena localidade de que é habitador também colhe amavelmente na messe doirada das nossas superstições e antigos costumes”. Para além desta pequena paródia ao estilo pomposo do grande etnógrafo, podemos transcrever o que Vasconcellos realmente disse, por exemplo, a propósito do editor e etnógrafo José Silva Vieira – editor, a partir de 1885, da *Revista do Minho*, habitualmente referenciada como a primeira revista etnográfica do país – que exerceu entre Barcelos e Esposende:

“Alonga-se a presente notícia mais do que os leitores julgariam necessário, e em desproporção com outras, dignas de aumento, porque Silva Vieira representa no ambiente dos nossos estudos um centro de actividade, modesto sim, mas muito louvável, mormente se atendermos à data em que se iniciou” (1980: 271).

É nesta medida também que, comparativamente, podemos reter a sugestão do localismo de toda a tradição dos estudos etnográficos em Portugal, anterior à recente introdução dos interesses de estudo “internacionalizados” no contexto universitário. Levar em conta esta sugestão respeita o espírito do apontamento de Leite de Vasconcellos, que podia perceber numa localidade como Esposende – ou como em Elvas ou Serpa – sediado um “centro” de actividades etnográficas.

A *Revista do Minho* não foi órgão de quaisquer sensibilidades regionalistas. De facto, estas apenas conheceram alguma divulgação em Portugal a partir dos anos de 1910, tendo sido túbias – e marcadas por frequentes dissídios – as suas expressões. É nos primeiros anos do século que se podem encontrar as primeiras referências ao termo, dispersas, com conceptualização escassa e inconsequente, ecoando de forma difusa a voga do discurso regionalista vivida na França da Terceira República. Na verdade, são exclusivas as influências francesas, surgindo citados mais frequentemente Vidal de La Blache, Charles Maurras e Gabriel Mistral (cf. Thiesse, 1991, 1997; Girão, 1933; Martel, 1992).

Pelos anos 20 o tema estaria relativamente divulgado junto das elites provinciais; esta foi uma década de várias iniciativas de índole “regionalista”, como congressos ou cortejos ou exposições. O “municipalismo” manteve-se como concorrente do “regionalismo” ou, talvez melhor, como noção facilmente sincretizada com esta última. Com a excepção importante de Amorim Girão – fortemente influenciado pelas teses de Vidal de La Blache – este foi um tema que suscitou uma teorização muito escassa, de fraco recorte e pouco consequente<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Esta é uma bandeira tomada pelos “integralistas” de António Sardinha nas décadas de 1910 e

Como quis provar num texto anterior, a produção de uma imagem composta da província do Minho – que conheceu uma antecedência notória e pôde ser referência paradigmática do discurso do provincialismo e da diversidade provincial do país – foi um processo intenso que decorreu sobretudo a partir da segunda metade do século XIX (Medeiros, 1995). As citações feitas desta província – multiplicadas em inúmeros textos e iconografia – não dizem província “para si”, segundo o famoso dito de Marx, surgindo pelo contrário como localidade alegórica que sediava num espaço de limites difusos uma ruralidade idealizada. Estas citações referenciaram de um modo importante o discurso nacionalista em Portugal, de um modo que teve paralelos significativos noutros países da Europa (cf., entre outros, Löfgreen, 1989; Nadel-Klein, 1997; Bertho, 1980).

Assim, a *Revista do Minho* não pode ser julgada como repositório de etnografia minhota de intencionalidade autárquica; pelo contrário foi publicação que acolhia recolhas avulsas, oriundas de todo o país, que monumentalizaram a “Tradição” nacional. Esta foi, aliás, a tónica geral de outras revistas importantes que surgiram editadas nos anos subsequentes, como a *Tradição*, de Serpa, a *Revista Lusitana*, editada em Lisboa, ou a *Portugália*, que surgiu no Porto. Paradoxalmente, recuperando um jogo de palavras significativo proposto por Catherine Bertho (1980), apesar do seu título, a *Revista do Minho* não foi percebida pelo seu editor e pelos colaboradores como uma revista do Minho, antes como publicação editada no Minho, e eram nacionalistas os seus propósitos. Características que podem ser conferidas por intermédio do apreço das colaborações que encerra, na produção pessoal do seu editor, ou na lista das publicações editadas pelo mesmo Silva Vieira ao longo de décadas (cf. Silva, 1997, Vasconcelos 1980a).

Em Portugal tem sido a divisão administrativa imposta pelo Estado a conjugar os limites de referência da produção etnográfica, mas também histórica ou mesmo geográfica, por regra geralmente observada. No que respeita à etnografia pode-se observar serem os *locus* de referência mais observados, sucessivamente,

---

1920, cujas influências poderão depois ser percebidas nos artigos da Constituição de 1932 que conjugam uma divisão provincial, surgindo então as Juntas de Província. Estes organismos tiveram forte influência na edição e noutras iniciativas de índole etnográfica. É com alguma ironia que podemos perceber estas actividades, porque apesar da retórica reificadora das “Províncias Históricas” mantidas no discurso oficial, aparecem sobretudo activas as juntas de província da Estremadura e do Douro Litoral, respectivamente a mais fluída e a mais recente e artificiosa destas entidades.

São muito escassos os trabalhos de história ou de geografia regionais feitos em Portugal, ao contrário do que aconteceu em França ou em Espanha, por exemplo. Duas excepções importantes podem ser encontradas com *As Vilas do Norte de Portugal*, de Alberto Sampaio, ou *Alto Trás-os-Montes*, de Vergílio Taborda. De uma maneira que hoje parece ter sido alarmista, António Sardinha polemizou na *Nação Portuguesa* as interrogações – que conheceram alguma voga no fim do século passado – que diferenciava, em termos nomeadamente etnogenéticos, as diferenças entre o Norte e o Sul de Portugal como “teorias que levam à guerra civil” (1961: 3-48).



a freguesia, o concelho ou o distrito. As referências a regiões de latitude maior que o concelho ou o distrito são a maior parte das vezes tomadas da parte pelo todo, voluntariosas, logo desmentidas para além do título, e, por regra, de facto destituídas de qualquer intencionalidade de “consagrar” novos limites (Bourdieu, 1989: 116).

São muito sugestivos os paralelos propostos pelo que aconteceu em França, segundo A. M. Thiesse, quando documenta as tensões propostas entre o elogio – tornado comum a partir dos fins do século XIX – da província histórica, proposta como contrapartida ao artificialismo percebido nos departamentos. Estes – que são comparáveis aos distritos portugueses que foram sujeitos à mesma ordem de denúncias – impõem-se como espaços de discurso depressa naturalizados. Em Portugal, este processo de “naturalização” aconteceu, podendo ser apercebido por intermédio de vários índices e, como ficou dito, surgem em vários momentos como quadros relevantes de descrição.

É bom exemplo destes processos a díade de nomes Distrito de Viana do Castelo/Alto Minho que designam espaços estritamente sobreponíveis. Neste caso que conheço melhor – e que tem outros paralelos muito imediatamente evidentes no resto do país – é no segundo termo, cujo uso é efectivamente mais recente, que se referenciam as produções históricas, geográficas, linguísticas ou etnográficas produzidas a partir da primeira década do século XX, quando começam a ter divulgação em Portugal as teses regionalistas então em voga em França. Assim, surgem aqui naturalizadas, pela mera magia da transmutação de um nome, propostas de identificação já “regional”, sobre o exacto corpo da invenção “jacobina” que o distrito representava para as interpretações conservadoras que se tornaram sobremaneira influentes nesta época (cf. Ramos, op. cit., 529-561).

Um trecho de um artigo da *Aurora do Lima*, de 1937, sob a forma de diálogo entre dois personagens com posições opostas, quer esconjurar boatos então correntes de que seria extinto o distrito de Viana para centrar em Braga os poderes de uma nova e mais ampla circunscrição administrativa. O defensor do distrito, claramente o *alter ego* do articulista, diz:

“... porque os distritos foram há um século uma invenção empírica do liberalismo, sem significado nem etnográfico, geográfico ou económico naquela época, mas o pior é que os distritos, com o rodar dos anos, ganharam crosta, ganharam sarro como as pipas, estão de pedra e cal e agora dar cabo deles é estragar o que Marta fiou. Hoje a tradição é o distrito e não a província” (13/08/1935).

Estes processos de identificação regionalizadora do distrito foram conduzidos com mais entusiasmo, nos seus primeiros passos, pelas elites políticas e intelectuais da sua capital. Também aqui, ausentes os praticantes profissionais das “ciências da identidade” que identificámos atrás, pode perceber-se acontecerem

pressurosas tomadas da parte pelo todo, enunciadas centralmente, depois apropriadas de forma selectiva ou objecto de resistência para outras elites concelhias do mesmo distrito, ou muito sensivelmente ignoradas pelas camadas menos letradas em todo o espaço de referência. Deve ficar anotado, por outra parte, que a condução destes processos de identificação de espaços assim amplos como o distrito são muito tardios, datando sobretudo da segunda e terceira década do século XX e justificados pela difusão relativa de uma ideologia regionalizadora, e dependendo em larga medida de balizamentos temáticos e de objectos previamente enunciados na empresa de conhecimento e de “formação nacional” desenvolvida a partir dos inícios do século XIX (cf. Silva, 1987, 1997)<sup>25</sup>.

Aqui aparece ajustado introduzir a possibilidade de comparação com o que aconteceu no caso francês, segundo a proposta por Thierry Gasnier, “Dans un espace français de plus en plus homogène, l’espace local et les contenus que lui ont été donnés au cours du siècle deviennent les lieux communs de la culture de la Belle Époque”. Isto aconteceu no Minho, como também por todo o país. Importa introduzir uma pequena torção no sentido mais estrito do uso do termo local aqui usado por Gasnier, sugerindo o interesse de apropriar a definição de “local/localidade” de Appadurai já atrás exposta. Assim, sugere-se a possibilidade de pensar o distrito como localidade produzida pelo Estado; surgindo a região – o Minho e logo o Alto Minho – também como localidade desta vez produto da imaginação criadora de intelectuais importantes, mas também das classes médias, que tinham conjugado modos de dizer o Estado-Nação predicando as partes distinguidas no seu território.

De facto, os trabalhos etnográficos que se desenvolveram em Viana do Castelo e no distrito ao longo do século XX, podem ser percebidos como movi-

---

<sup>25</sup> No que respeita a designação “Alto Minho”, Leite de Vasconcellos localiza o seu primeiro uso literário na *História de Portugal* de Alexandre Herculano, e depois, em 1861, por Camilo Castelo Branco em *Doze Casamentos Felizes* (1980b). Pela passagem do século o polígrafo vianense Luís Figueiredo da Guerra (1853-1931), “naturalizava” o espaço distrital pelo uso daquela designação, nos seus trabalhos de investigação históricos, arqueológicos e genealógicos. É apenas em 1945 que surge em Viana do Castelo a revista *Alto-Minho*, com um programa de publicação estritamente confinado pelo espaço distrital, ao contrário do que tinha acontecido com publicações anteriores com conteúdos interessantes de recolha etnográfica como a *Lusa* ou o *Arquivo de Viana do Castelo*, anteriormente editadas na cidade. Os textos etnográficos da colecção completa da *Alto-Minho* – que se manteve até aos anos 80 –, são relativamente escassos e são exercidos quase sem excepção por mera referência ao concelho de Viana, de onde eram oriundos os colaboradores mais interessados na descrição etnográfica, como José Rosa Araújo ou Leandro Quintas Neves. Nos dias de hoje a designação Alto Minho sofre um curso muito acelerado de popularização, que decorre por diversíssimos meios. Contudo, deve observar-se que a abordagem mais consequente e integrada deste espaço se encontra até hoje num dos *Novos Guias de Portugal*, intitulado *Alto Minho*, escrito por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, historiador da Faculdade de Letras do Porto. As ligações do turismo e das possibilidades de dizer uma identidade distrital/regional foram sempre muito estreitas e plenamente interiorizadas pelas elites vianesas desde pelo menos os inícios do século XX.

mento de constante retorno sobre os lugares comuns estabelecidos para descrever o Minho, a partir das últimas décadas do século anterior. Concretizam-se nestes mesmos passos apropriações de escala distrital e de escala concelhia, sendo que sobretudo estas últimas se revelaram mais nítidas e consequentes. Podemos seleccionar dois exemplos oriundos de uma importante publicação de 1902 com 8 luxuosos volumes ilustrados com fotografias de Emilio Biel, cujo título – *A Arte e a Natureza em Portugal* – explicita os seus intuítos nacionalizadores. Escreve acerca dos “Costumes de Viana” aquele que foi, concerteza, o mais importante dos eruditos ali residentes na época, Luís Figueiredo da Guerra:

“Berço da nossa nacionalidade o Minho conserva as mais remotas tradições, praticando o primitivo culto panteísta da natureza e por isso cada trabalho agrícola é uma festa, e cada *romaria* uma pristina manifestação das crenças de outras idades.

[...] Guarda o nosso lavrador as lendárias festas campestres: *lavrada* ou *vessada*; *segada* ou *ceifa*, *linhar* ou *espadellada*, *esfolhada* e *malhada*, *vindima* e *sarrabulho* ou *matança do porco*. Nestes trabalhos e alegrias, tomam parte os vizinhos, parentes e amigos, que mutuamente se ajudam.” (1902, sp.).

Como contrapartida a esta frequentação tão entusiástica dos tropos mais amáveis e estereotipados do “minhotismo”, Miguel Roque Reis Lemos, que se responsabiliza pela descrição do concelho de Paredes de Coura, propõe uma leitura contrastante. Percebendo os habitantes do concelho como taciturnos mais do que alegres, obriga-se por isso a uma explicação laboriosa. Assim suscita a referência a factores climatológicos, orográficos e genericamente cósmicos – deixando adivinhar leituras de Montesquieu –, lidos muito precisamente sobre os limites administrativos do concelho, com o intento de justificar esta aparente excepção, que também aos seus olhos surge inusitada, à regra assumida como lugar comum de que era garrida a disposição dos habitantes do Minho.

Mais tardiamente, em 1935, no rasto de uma famosa “visita de intelectuais estrangeiros” a Portugal, organizada por iniciativa do SPN, azedaram-se ânimos bairristas entre Viana do Castelo e Braga – a acreditar numa polémica que corre com vários episódios entre articulistas do *Notícias de Viana* e do *Diário do Minho* – com motivo que pode parecer surpreendente. Vale a pena citar os argumentos mais expressivos de quem se sentiu usurpado:

“Denunciou-se na Imprensa que a Comissão de Turismo de Braga procurara uma boneca vestida à vianeza para enviar a um Concurso Internacional.

[...] A acusação de figurar um grupo de Cabeceiras vestido à moda de Viana na recepção aos intelectuais (apresentávamos ao *Correio do Minho* testemunhas oculares do facto que lhe fariam dobrar a cerviz, se tanto fosse necessário) serviu de base para tradicional insinuaçãozinha e, também, para nos esclarecer que não foram só as

moças de Cabeceiras quem envergou o traje de Viana. Foi também segundo confessa o advogado de causas perdidas *um grupo de senhoras distintíssimas, da melhor sociedade bracarense*.

Peor, afinal, porque os de Cabeceiras ainda têm desculpa.” (6/07/1935).

Na verdade as senhoras e crianças da melhor sociedade nacional tinham envergado – em diversas ocasiões mais ou menos sérias – trajes “à vianeza” ao longo dos cinquenta anos que antecedem estas notas do *Notícias de Viana*. É possível documentar estes usos no corpo de rainhas e cortesãs em Lisboa no fim do século passado; no Funchal ou Moledo, em Santarém ou nos Arcos de Valdevez, em torno da passagem do século. Até hoje a minhota mantém-se como um dos ícones nacionais mais conspícuos – do *clip* da Expo 98, ao *clip* que publicitou a conclusão do Aeroporto de Macau (um chinesinho de chapéu bicudo dançava com uma “minhota”, ambos estilizados). Esta disputa que podíamos dizer segmentar – pensando em Evans-Pritchard – deixa-nos perceber então, no limite de mais de duas décadas de relativa divulgação de ideologias regionalizadoras, a importância do nexo de construções de sentidos que liga concelhos e o Estado-nação (cf. Basto, 1933).

São na verdade os concelhos as entidades de referência mais frequentada pela feitura da história, da etnografia ou a monografia local generalista no século XIX e julgo que também ainda ao longo do século XX (cf. Silva, 1997). Este é aliás um fenómeno cujas manifestações não definham, antes parecem acentuadas, nomeadamente pelas disponibilidades financeiras acrescidas de que actualmente usufruem os municípios – hoje disponíveis, por exemplo, para pagar recolhas mais sistematizadas do seu “património etnográfico” – e pelo alargamento das classes médias que, sendo fenómenos de escala nacional, tocam cada concelho de modo particularizado, com consequências nesta medida diferenciadas para a expressão de sensibilidades “patrimonialistas”. Hoje, como já acontecia no século XIX, estes empreendimentos particularistas constroem contextos de sentido, cristalizam fronteiras, limites, reificam lugares, tipos e ícones. Movimento que pode ser documentado por extractos de uma pequena notícia recente da *Aurora do Lima*:

“Regionalismo Limiano Está na Internet’

Dentro em breve, os utilizadores da INTERNET em qualquer ponto do mundo vão ter acesso a uma página electrónica produzida pela **Casa do Concelho de Ponte de Lima**, através da qual ficarão a conhecer as actividades desta instituição regionalista, bem assim como o historial do seu *Rancho Folclórico* e do *Grupo de Cavaquinhos*” (22-11-1996).

Um olhar retrospectivo e panorâmico sobre estes processos permite-nos perceber que os tropos de identificação mais frequentados em âmbitos concelhios

– e como se disse acontecer com distritos e “regiões” –, surgem muitas vezes indiciados por olhares exteriores, pelas sensibilidades difundidas junto dos grupos sociais mais envolvidos com a produção dos tropos que compõem o discurso nacionalizador. Características sobretudo evidentes no que respeita a tópicos menos acessíveis, de facto elitistas numa acepção genérica, como a etnografia ou arqueologia o eram nos finais do século passado e que tinham sido enunciados nos seus traços definidores mais importantes pela mão dos intelectuais de maior relevo a nível nacional<sup>26</sup>.

Um dos etnógrafos “locais” que exerceu em Viana do Castelo neste século, José Rosa Araújo<sup>27</sup>, dá conta deste facto com um interessante testemunho:

“Ramalho Ortigão passara em Viana nos finais de oitocentos a recolher assuntos para as suas crónicas sobre o viver da população do país.

E logo no primeiro volume de *As Farpas* descerra, aos vianenses até ali entretidos em politiquices e ceguinhos de vista serena, a maravilha daquilo que os rodeava e que, lá fora, começava a deslumbrar as classes mais cultas: o seu folclore” (*Estudos Regionais*, n.º 5: 61).

Leite de Vasconcellos sugere, no volume III da sua *Etnografia*, critérios de identificação onde o Minho é tratado em termos simultaneamente “tradicionais” e extremamente “modernos” – se pensarmos nos argumentos de Benedict Anderson, 1991 –, quando diz:

“O povo em *Minho* compreende, mais geralmente, apenas os distritos de Viana e de Braga, ao que acrescentará, quando muito, algum concelho do distrito do Porto, mais vizinho da cidade; com a primeira concepção combinam títulos de jornais, como *Comercio do Minho*, *Diário do Minho*, ambos de Braga, *Estrela do Minho*, de Famalicão, *O Minhoto*, de Valença. De modo que nesta nomenclatura, como noutras, existe grande trapalhada” (p. 50).

---

<sup>26</sup> No espaço do distrito de Viana do Castelo, tomando como referência as primeiras décadas do século XX, podem perceber-se variações na produção de um discurso endógeno sobre estes tópicos que variam de concelho para concelho. Assim, Ponte de Lima sediava desde a passagem do século praticantes da etnografia, da poesia ou da novela de costumes provinciais, eventualmente mais numerosos do que em Viana. Naquele tempo, as vilas com elites mais rarefeitas como Caminha, Arcos de Valdevez, ou Ponte da Barca, foram contextos onde não emergiram praticamente aquelas actividades eruditas.

<sup>27</sup> Como a quase totalidade dos etnógrafos até há um tempo muito recente, José Rosa Araújo [1906-1992] foi um polígrafo – aliás muito dotado – escrevendo sobre arqueologia, genealogia, história, etnografia. Foi funcionário bancário, arquivista, organizador de exposições histórico-etnográficas, editor de revistas, para além de desenhar e pintar, tendo exposto em várias ocasiões. Um texto seu “Um passeio à Serra d’Arga” é particularmente interessante, podendo ser apercebido como réplica de âmbito concelhio da procura dos “lugares remotos” empreendida no espaço nacional por autores como Leite de Vasconcellos, Rocha Peixoto ou Jorge Dias, como já ficou apontado.

Parece óbvio nesta transcrição – com todas as *nuances* sugeridas para o que “povo” realmente “compreende” – que a “trapalhada” está sobretudo presente na cabeça do sábio. Contudo, Vasconcellos resolvera-a páginas atrás com um argumento de autoridade “etnográfica”:

“Pois que os distritos ficam fora do nosso plano, por serem divisões modernas, ainda não enraizadas na tradição, fixemo-nos na primitiva divisão em seis províncias, correspondentes às seis comarcas de Fernão Lopes, divisão que é, segundo se disse no volume I, p. 10, a que melhor se coaduna com o estudo da Etnografia, e se tornou muito familiar” (p. 23).

De facto este argumento torna completamente equívocas as asserções da citação anteriormente transcrita, sobretudo se anotarmos, como o próprio Leite de Vasconcellos se obrigara a fazer, o carácter muito fluído e socialmente irrelevante da divisão provincial que vigorara no Antigo Regime, denominando meras circunscrições militares. Mais lúcidas se aparentam as vozes do “povo” – e o senso comum e sentido comercial dos editores de jornais, quando tomam como critérios bons para pensar os limites distritais e concelhios, localidades dadas à existência pela organização política do Estado.

O Minho dado a conhecer na vasta produção editorial dos fins do século XIX fora uma alegoria útil justificada por um processo nacionalizador, como já ficou dito. Pareceria por isso confuso, carente de limites, aos minhotos das primeiras décadas do século XX, que, empenhados no exercício de um “regionalismo são” – um lugar comum, já nesta época, e depois sempre muito cuidadosamente vincado sob o Estado Novo – pretendiam referenciá-lo em limites bem determinados que permitissem balizar possibilidades em aberto de acção política. Por isso se justificou a consulta, feita em 1925, pelos membros do “Grémio do Minho” ao mais eminente professor de geografia daquele tempo. Amorim Girão escreve em 1926 no capítulo “Minho”:

“O que vai seguir-se constitui, com alguns acrescentamentos, a resposta dada, em Agosto de 1925, a uma consulta do Grémio do Minho sobre *Limites da Região Minhota*” (1926: 15; cf. Bourdieu 1989: 108 e segs.).

Não conheço os resultados advindos desta consulta onde os minhotos perguntaram a um ilustre professor de Coimbra onde é que o Minho era. Há algumas semelhanças curiosas entre esta consulta e o que diz uma notícia do jornal *Público* de 22/05/1994:

Fernando Gomes, Vieira de Carvalho, Valentim Loureiro, Joaquim Couto, Cavaleiro Brandão, Silva Lopes, Alves Monteiro e Amândio de Azevedo, entre outros,

passaram boa parte da tarde a discutir uma questão estatutária que muitos admitiam como razoavelmente consensual: o que se entende por “Norte”? Manifestaram-se duas grandes linhas em confronto. Uma defendia a definição geográfica rigorosa da área de intervenção da fundação (por exemplo: Coimbra é ou não é Norte?). E uma outra, muito mais fluída e potencialmente mais abrangente, para quem o “Norte” é “uma idiossincracia”, suficientemente “plasmada na história e nas gentes”, muito mais que uma determinada configuração geográfica.

Por 34 votos contra 26, vingou o Norte “idiossincrático”. Uma coisa que ninguém sabe bem o que é, e que levou um dos participantes a desconfiar que isso poderia significar apenas o Porto e tudo o que ficasse para Norte da capital nortenha” (p. 17).

Uma diferença, nomeadamente, deve ser percebida entre os dois factos. Neste último caso, e apesar das dúvidas e indecisões, surge uma decisão conseguida entre os interessados sem que tivesse sido necessário procurar a sentença salomónica de um académico.

Nestas várias ilustrações pode perceber-se, um pouco paradoxalmente, a importância que as propostas aparentemente anacrónicas de Vasconcellos revestiam, enquanto especialista de uma das disciplinas mais relevantes na determinação de identificações colectivas<sup>28</sup>. Na verdade, por exemplo, surgira actualizada a velha comarca de “Antre-Douro-e-Minho”, pela qual Vasconcellos pugnava, no primeiro grande desfile etnográfico pago pelo Estado, por ocasião da Primeira Exposição Colonial, realizada no Porto em 1934<sup>29</sup>. Ensinou-se ali o Estado e a história que este elegera valorizar; ensinou-se Portugal d’aquém e de além mar e etnografia portuguesa; produzia-se com anacronismos apenas aparentes os elementos de uma moderna cultura de massas – o evento foi visitado por mais de um milhão de pessoas, muitas das quais vindas dos distritos do Minho, onde freguesias inteiras se esvaziaram para participar em excursões organizadas. Parece ajustado introduzir aqui um comentário de Michael Herzfeld: “Iconicity does not exist; it is called into existence. Because state bureaucracies are immensely powerful and command enormous resources, they often possess means – through the media, for example – to constitute iconicity out of a variegated cultural world” (1997: 57).

Por contrapartida, torna-se curioso consultar os editoriais dos primeiros números dos jornais “minhotos” citados por Leite de Vasconcellos ou ainda de outros com títulos similares, editados pela passagem do século. Ali pode ser

---

<sup>28</sup> Amorim Girão foi um cientista rigoroso, o geógrafo mais importante do século XX, a par com Orlando Ribeiro. Os suas teses referenciaram de um modo importante o ensino secundário da geografia durante décadas até aos anos 60.

<sup>29</sup> Este foi um acontecimento charneira, a vários títulos, que devia ser objecto de um estudo antropológico. Conferir Paul Connerton sobre as possibilidades pedagógicas de desfiles e cortejos, plenamente demonstradas pelo autor por intermédio de um exemplo datado no coração do século XX (1993).

percebido como a invocação da província posta no título se resolve depois na modesta reivindicação dos interesses ou no intento de noticiar a um nível concelhio – ou em propostas mais ambiciosas mal resolvidas pela distribuição ou na rede de correspondentes –, ou distrital. Ainda hoje, em localidades como os Arcos de Valdevez ou na Ponte da Barca, se percebe ser difícil para os habitantes destas localidades fazer a sua oração diária de homens modernos – como dizia Hegel, cf. Anderson 1991 – por intermédio das páginas do *Diário do Minho*, editado na capital da província, ou pela *Aurora do Lima*, jornal mais importante editado na capital de distrito, Viana do Castelo. Em alternativa – mais disponíveis nas bancas a par com os grandes títulos nacionais – podem comprar o *Estado de S. Paulo* ou o *Globo*.

Assim, torna-se possível argumentar a antecendência lógica, ideológica e também cronológica de um discurso etnográfico que toma como referente a “localidade” Estado-nação. São sequentes – e, de facto, dependentes – as propostas de produção de sentido com relevância mais estritamente situadas. Aqui, repito, é ainda a divisão administrativa proposta pelo Estado – as freguesias, os concelhos, ou, mais vagamente, distritos e províncias – que mais eficazmente conjugam as possibilidades de contextualizar discursos etnográficos. Como se pode observar numa apreciação lata das edições etnográficas, foram as publicações pagas pelo Estado – como aconteceu com a actividade editorial das Juntas de Província sob o Estado Novo e que poderá voltar a acontecer com o emprego de antropólogos pelas CCRs – a configurar os espaços mais amplos de descrição etnográfica que podemos encontrar (cf. Pereira, 1965).

## 5.

João Leal definiu recentemente – no encadeamento das problematizações que têm marcado os seus textos de história dos interesses etnográficos no país – um processo de “‘enfraquecimento’ das preocupações teóricas da etnografia portuguesa entre os anos 10 e os anos 30/40” (1996: 31). O autor interroga esta ocorrência – na minha opinião melhor balizada com referência a montante posta nos anos 80 do século XIX, seguindo as considerações mais minuciosas do mesmo João Leal num texto anterior (1993: 24) –, adiantando que as suas razões estão em larga medida por apurar. Sugere, todavia, que “a não institucionalização da etnografia e da antropologia em Portugal até aos anos 40 do século XX (...) [e] uma conjuntura marcada por um nacionalismo folclorizante desprovido de ambições teóricas, são alguns dos factores endógenos eventualmente a reter. Mas conviria também ver até que ponto é que a situação portuguesa desse período não se inscreve num padrão mais amplo, extensível a várias tradições nacionais



da antropologia europeia da época” (1996: 31). Anota, depois, que se assinala entre a produção de Leite de Vasconcellos nos anos 20 uma proximidade com o domínio privilegiado “dessa etnografia nacionalista de orientação folclorista – a ‘arte popular’”; ou que a importante revista *Alma Nova*, na sua III série, “Adoptando o subtítulo de ‘Revista de Ressurgimento Nacional’, e fazendo seu um programa que visava despertar ‘o culto das virtudes pátrias e o amor das coisas portuguesas’. A *Alma Nova* contava com a colaboração de etnógrafos como Luís Chaves e Cláudio Basto, e, no interior da sua opção por uma etnografia de recorte nacionalista, irá dedicar particular atenção ao estudo dos trajos regionais” (cf. pp. 32-33).

Uma frase de Leite de Vasconcellos – que foi razão para uma curiosa disputa de precedências classificatórias com Rocha Peixoto (cf. Peixoto, 1975) – pode ser glosada. Dizia o primeiro autor ser “... [o] Minho terra clássica das nossas tradições e antigos costumes”. Com justiça esta frase pode ser transmutada para dizer que o Minho surge, desde o século XIX, uma “terra clássica” de descrevedores de tradições e costumes – melhor, terra de etnógrafos. Podemos, aliás, perceber que a primeira asserção se justifica de modo mais importante na medida deste último facto. Há, na verdade, boas razões para reivindicar para a província aquela legenda. Na acepção difusa de etnografia que pautou as percepções da “antropologia de construção nacional” praticada no país desde Garrett, são inúmeras as figuras oriundas desta província que contribuíram, por intermédio de descrições do povo, para nacionalizar a cultura portuguesa.

Queria contudo centrar o olhar mais precisamente no concelho de Viana do Castelo, para continuar a dizer que também este espaço mais restrito merece os louros de “terra de etnógrafos”. Abra-se um parênteses para dizer que, nas acepções atrás definidas por Appadurai, Viana é simultaneamente uma “localidade” justificada pelo Estado-nação – sede de um concelho, capital de distrito, mas também “capital portuguesa do folclore” ou “capital nacional do traje” – mas também uma “vizinhança”, como pode ser percebido na parte menos intencionalmente “etnográfica” dos escritos de alguns dos seus mais interessante “etnógrafos locais”, como José Rosa Araújo, Amadeu Costa ou Maria E. Vasconcelos.

São ainda oriundas de Viana algumas das figuras mais importantes, ao nível nacional, daquela que ficou sugerida ser a “Idade Média” da história dos interesses etnológicos em Portugal. Podem ser referidos Cláudio Basto [1886-1945], Manuel Afonso do Paço [1895-1968] e Abel Viana [1896-1964]<sup>30</sup>. Estes são membros da segunda geração dos intelectuais que procederam aos passos mais

---

<sup>30</sup> Afonso do Paço foi militar, etnógrafo e um dos mais importantes arqueólogos dos meados do século, como também o foi Abel Viana, para além de professor e etnógrafo. Cláudio Basto foi médico, linguista, ficcionista, etnógrafo.

eficazes da nacionalização da cultura portuguesa. Nestes discípulos de Leite de Vasconcellos – que por acaso não estudaram no estrangeiro – identificamos polígrafos de variadas capacidades que também faziam o que se fazia “lá fora”, no resto da Europa. Citando de novo trechos de Rui Ramos, podemos dizer que participaram à sua medida “de um dos movimentos mais radicalmente modernos e cosmopolitas”. Por intermédio sobretudo dos seus escritos e ilustrações etnográficas que usaram – ou justificaram ideologicamente – cada um destes autores deu contributo para a definição de “uma arte para as classes médias, sem as obscuras referências greco-latinas”.

Cada um daqueles etnógrafos escreveu em termos extremamente localizados sobre trajes minhotos. Com escrúpulo muito notório discriminaram, à escala da freguesia, quais os “solares” de cada um dos mais conhecidos e tipificáveis dos trajes que as sensibilidades das classes alta e média alta da *Belle Époque* tinham dito “minhotos” e usado como emblemas para reivindicar a sua identificação nacional. Este escrúpulo de minúcia não deve iludir-nos, induzindo perceber estes trabalhos como meros assomos de uma paixão bairrista com intuítos rectificadores de apropriações indevidas. Cada uma destas figuras saberia muito bem que lidava com um ícone nacional importante, e estes movimentos depuradores – com intenção de definir a sua estética de modo mais preciso, autenticando-a – podem ser entendidos como contributos intencionais para a produção de uma cultura de massas nacional definitivamente modernizada.

Aqui, por via de várias das referências sugeridas – enfatizando primeiro o lugar reconhecido a pinturas, postais e fotografias nas margens das obras dos grandes etnógrafos, depois de ilustradores e ilustrações nas entrelinhas do texto de João Leal, ou, mais detidamente, com a chamada de atenção de Rui Ramos, para a importância de um mercado de imagens e de objectos que simbolizam o país, produzidos tanto por “naturalistas”, “neo-românticos” ou “modernistas” desde a passagem do século (cf. tb. Medeiros, 1995, 1996) – podemos introduzir uma sugestão de James Fernandez,

“Not only do the subtleties of consensus pose a challenge to the notion of ‘generalized belief’, there is also the problem of the processes of collective mentation – the kind of information processing that goes on in the crowd. It is my view, and here I am in agreement with Le Bon, that the crowd’s thinking mainly takes place through an argument ‘of images’.” (1986: 279).

Queria argumentar que a antropologia “enfraquecida teoricamente” dos fins dos últimos anos do século XIX e da primeira metade do século XX justamente foi capaz de produzir imagens, que o fez profusamente, e que, fazendo-o, se demonstrou moderna, contribuindo para o processo que então se cumpria de produção do Estado-nação como localidade.

A pista aberta na sugestão de Vasconcellos, que refere o “derramamento” dos interesses etnográficos, deve ser de novo retomada. Ali, alude-se, na minha opinião, às expressões de um fenómeno de massas, tocando as classes médias que então se alargavam, que aprendiam a nação de vários modos: sobretudo por intermédio de imagens produzidas em série, pela familiarização com tropos discursivos, ou – como foi muito popular pela *Belle-Époque* e até ao princípio da década de 1930 – por intermédio da mimetização paródica do povo em cortejos, bailes de carnaval, saraus, festas de estudantes, etc. Cada um destes fenómenos teve por característica principal a sua novidade. Este processo de aprendizagem foi conduzido com liberdade aparente sob os regimes democráticos, Monarquia Constitucional e Primeira República, conhecendo dimensões fortemente impositivas e alguns laivos de totalitarismo – felizmente apenas concretizados de forma parcial – sob o Estado Novo:

(...) se a importância da Etnografia e do Folclore está demonstrada e não pode contestar-se, urge que os seus elementos constitutivos, que muitos são, sejam divulgados por todas as formas possíveis: pelos livros didáticos, pelos livros de leitura, pelas conferências, pelas exposições, pelos cortejos, pelo cinema e pelo rádio; especialmente por este, que entra em todas as casas e por todos os ouvidos mas sem adulterações e obedecendo aos mais altos conceitos de moral, compostura e patriotismo (1956: 22).

A frase de Jaime Lopes Dias – etnógrafo, um dos escritores mais produtivos na “Idade-Média” dos interesses etnográficos e antropológicos em Portugal –, é terrivelmente moderna. Plenamente consciente dos recursos técnicos disponíveis e das suas possibilidades de produção totalitarista de uma cultura de massas no âmbito de um espaço localizado pelo poder do Estado. Consciência de meios e de potencialidades que também encontramos no texto de um discurso de Júlio Castro Fernandes, Subsecretário de Estado das Corporações, datado de 1947:

“Sabe-se que o homem da terra dificilmente toma consciência da beleza natural que o rodeia e de que só pelo pitoresco é possível despertar a sua atenção artística. Por isso mesmo, seria excelente, que em boa parte, as decorações murais fossem constituídas por fotografias, oleogravuras e pinturas de aspectos da região, de costumes regionais, de paisagens mais amplas...”

“A rádio-rural é um instrumento poderosíssimo de educação popular.

[...] Convirá promover a unificação artística de toda a emissão, segundo os preceitos modernos do teatro radiofónico e dedicar emissões especiais às diversas províncias e regiões.” (*Enfrentando o Destino das Casas do Povo*, 1947: 35-58).

Estas possibilidades de ensinar etnografia foram, de facto, parcialmente exercidas, com efeitos que são patentes no nosso quotidiano, são sabidas, afinal,

pela maioria dos portugueses com mais de 30 anos. Parece-me, contudo, que com estas aprendizagens, usando as imagens antigas, elegendo novos ícones, vamos contando novas histórias, tendo em mente outras localidades e outras vizinhanças, ora fora ora dentro, dentro e fora do Estado-nação<sup>31</sup>.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Benedict (1991) [1983]. *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres e Nova York: Verso.
- APPADURAI, Arjun (1995). A Production of Locality Fardon, R. *Counterworks: Managing the Diversity of Knowledge*. Londres/Nova Iorque: Routledge
- ARDENER, Edwin, (1989) [1985]. “Remote Areas” – Some Theoretical Considerations” in Malcom Chapman (ed.) *Edwin Ardener. The Voice of Prophecy and Other Essays*. Oxford e Nova York: Basil Blackwell.
- BASTO, Cláudio (1924). *A Mulher do Minho*. Famalicão.
- BASTO, Cláudio (1930). *Traje à Vianesa*. Vila Nova de Gaia: Apolino.
- BASTO, Cláudio (1938). *Costume Regional Portugais*. Porto.
- BIEL, Emílio (1902-908). *A Arte e a Natureza em Portugal*. Porto: Emílio Biel & C<sup>a</sup>, 8 vols.
- BRANCO, Jorge Freitas (1985). A propósito da presente reedição Prefácio a Braga, Teófilo *O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, pp. 15-25.
- BRANCO, Jorge Freitas (1994). Portugal e as suas etnografias: Para uma análise da herança leitiana (compilação bibliográfica) *Revista Lusitana*, n.º 12: 95-110.
- BRANCO, Jorge Freitas Branco (1995). Lugares do povo: Uma periodização da cultura popular em Portugal *Revista Lusitana*, n.ºs. 13-14: 145-177.
- BOURDIEU, Pierre (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- BRITO, Joaquim Pais de (1982). “O Estado Novo e a Aldeia mais Portuguesa de Portugal” in *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio Realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- CATROGA, Fernando, (1993). “Os Caminhos Polémicos da Geração Nova” in José Mattoso (dir.) *História de Portugal. Vol. V. O Liberalismo*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- CLIFFORD, James (1997). *Routes: Travel and Translation in the late 20th Century*. Cambridge-Mass.: Harvard University Press.
- COELHO, Jacinto do Prado (1976) [1960]. *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*. Porto: Figueirinhas.
- CORREIA, A. Mendes (1933). *Martins Sarmiento e a Consciência Nacional*. Guimarães: Minerva Vimaranesense.
- CORTESÃO, Jaime (1942). *O que o Povo Canta em Portugal*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.

---

<sup>31</sup> Conferir, como exemplo destas novas possibilidades de dizer, “Programa Festivo” da romaria da Agonia de 1997 (in *Aurora do Lima 15/08*).

- CURTO, Francisco Ramada (1995). “Crimes e Antropologia Criminal” in *Revista Lusitana* (nova série) n.ºs. 13-14, pp. 179-198.
- CONNERTON, Paul (1993). *Como as Sociedades Recordam. Oeiras*, Celta.
- D’AURORA, Conde (1936). *Pela Grei – Exortações*, Porto, Canedo & C.ª.
- DIAS, A. Jorge, Ernesto V. de Oliveira e F. Galhano (1963). *Espigueiros Portugueses*, Porto, I.A.C.
- DIAS, A. Jorge (1949). *Minho, Trás-os-Montes, Haut Douro*, Lisboa.
- DIAS, A. Jorge (1964). *Museu Nacional e Museus Regionais de Etnografia*, Barcelos, Museu Regional de Cerâmica.
- DIAS, A. Jorge (1970). *Da Música e da Dança como Formas de Expressão Espontâneas aos Ranchos Folclóricos*, Lisboa, APPPC.
- DIAS, A. Jorge, e Ernesto V. de Oliveira (1962). *A Cultura Castreja e a sua Herança Social na Área Galaico Portuguesa*, Porto.
- DIAS, Jaime Lopes (1956). *Problemas de Folclore*, Lisboa, Ferin.
- DIAS, Jorge (1952). *Bosquejo Analítico de Etnografia Portuguesa*. Coimbra: Casa do Castelo.
- FERNANDEZ, James (1986). *Persuasions and Performances*. Bloomington: University of Indiana Press.
- FERNANDEZ, James (1994). “The dilemmas of provincial culture and the framing of anthropological inquiry” in SanMartin, Ricardo (coord.) *Antropología sin Fronteras. Ensayos en honor a Carmelo Lisón*, Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, pp. 71-91.
- FRANÇA, José A. (1974). *A Arte em Portugal no Século XX*. Lisboa: Bertrand.
- GASNIER, Thierry (1992). “Le Local. Une et divisible” in Nora, Pierre *Les Lieux de Mémoire. III. Les Frances. 2. Traditions*. Paris: Gallimard, pp. 464-525.
- GEERTZ, Clifford (1983). *Local Knowledge: Further Essays in Interpretive Anthropology*. Nova Iorque: Basic Books.
- GIRÃO, Aristides Amorim (1933). *Esboço de uma Carta Regional de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- GONÇALVES, Flávio (1967). Prefácio Peixoto, A. Rocha *Obras. I. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim*, pp. IX-LII.
- GRAMSCI, Antonio (1985). *Selections from Cultural Writings*. London: Lawrence and Whishart Limited.
- HANDLER, Richard (1988). *Nationalism and the Politics of Culture in Quebec*. Madison: University of Wisconsin Press.
- HERZFELD, Michael (1986). *Ours Once More. Folklore, Ideology and the Making of Modern Greece*. Nova York: Pella Publishing Company.
- HERZFELD (1997). *Cultural Intimacy*. New York & London: Routledge.
- Le GOFF, Jacques (1984). “Memória” e “Documento/Monumento”, in *Enciclopédia Einaudi*, Vol. I, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- LEAL, João (1987). Prefácio a Braga, Teófilo *Contos Tradicionais do Povo Português*, I. Lisboa: Publicações Dom Quixote, pp. 13-19.
- LEAL, João (1988). Prefácio a Pedroso, Consiglieri *Contribuições Para Uma Mitologia Popular Portuguesa e Outros Escritos Etnográficos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, pp. 13-40.
- LEAL, João (1993). Prefácio a Coelho, Adolfo *Obra Etnográfica. Volume I. Festas, Cos-*

- tumes e Outros Materiais para uma Etnologia de Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, pp. 13-36.
- LEAL, João (1995). Imagens contrastadas do povo: cultura popular e identidade nacional na antropologia portuguesa oitocentista *Revista Lusitana*, n.ºs. 13-14: 125-144.
- LEAL, João (no prelo). “Tylorian professors” and “japanese corporals”: anthropological theory and national identity in portuguese ethnography.
- LÖFGREEN, Orvar (1989). “The Nationalization of Culture” in *Ethnologia Europaea* XIX, pp. 5-24.
- MEDEIROS, António (1995). “Minho: Retrato Oitocentista de uma Paisagem de Eleição” in *Revista Lusitana* (Nova Série) n.ºs. 13-14, pp. 97-123.
- MEDEIROS, António (1996). “Ruínas/Notícias da Arcádia Atlântica” in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 36.
- MITCHELL, W. J. T. (1986). *Iconology. Image, Text, Ideology*. Chicago, University of Chicago Press.
- NEVES, Leandro Quintas (1966). “Abel Viana – Etnógrafo” in *Alto Minho*, 16º vol., tomo II, pp. 110-114.
- O’NEILL, Brian J. (1995). “Emular de Longe: O Povo Português de Malaca”, in *Revista Lusitana* (Nova Série), n.ºs. 13-14, pp. 19-67.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (1968). *Vinte Anos de Investigação Etnológica do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular. Porto 1947 – Lisboa 1967*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- PAÇO, M. Afonso do (1926). “O traje popular do Minho – do traje ‘à lavradeira’ em geral e do de ‘Santa Marta’ em especial” in *Alma Nova*, IV série.
- PAÇO, M. Afonso do (1932). *Mordomarias*. Viana do Castelo.
- PAÇO, M. Afonso do (1934). *Da Necessidade da Criação do Museu de Etnografia*. Porto, Edição da 1ª Exposição Colonial Portuguesa.
- PEIXOTO, A. Rocha, (1967-1975). *Obras* (Prefácio, organização e notas de Flávio Gonçalves) 3 vols. Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.
- PEREIRA, Benjamin Enes (1965). *Bibliografia Analítica de Etnografia Portuguesa*. Lisboa, IAC.
- PINA-CABRAL, João de (1991). *Os Contextos da Antropologia*. Lisboa: Difel.
- RAMOS, Rui (1994). *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. VI da *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores.
- RIBEIRO, Orlando (1977). *Introduções Geográficas à História de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- RONCAYOLLO, Michel (1986). “Le Paysage du Savant” in Pierre Nora, Pierre (ed.), *Les Lieux de Mémoire II. La Nation*. Paris: Gallimard.
- SILVA, A. Santos e Vítor Oliveira Jorge (orgs.) (1993). *Existe Uma Cultura Portuguesa?.* Porto: Afrontamento.
- SILVA, A. Santos (1997). “O Povo nos seus Lugares: o clima moral da primeira etnografia portuguesa” in Jorge, Vítor O. e Raúl Iturra (orgs.) *Recuperar o Espanto: O Olhar da Antropologia*. Porto: Afrontamento.
- STOCKING, George W. (1982). “Afterword: a View from the Center” in *Ethnos*, 47, pp. 172-186.
- SUAUD, Charles (1997). “La Force Symbolique de l’État. La production politique d’une culture refractaire en Vendée” in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* n.º

116/117.

- THIESSE, Anne-Marie (1997). *Ils Apenaient la France: L'Exaltation des Régions dans le Discours Patriotique*. Paris: Maison des sciences de l'homme.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1986) [1883]. *Tradições Populares de Portugal* (organização e apresentação de Manuel Viegas Guerreiro). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1980) [1933]. *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1927). *De Terra em Terra. Excursões Arqueológico-Etnográficas em Portugal (Norte Centro e Sul)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1980) [1933]. *Etnografia Portuguesa vol I*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- VIANA, Abel (1930). *Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Alto Minho*. Viana do Castelo: Tipª Guttenberg.
- VIANA, Abel (1934). *O Rancho de Carreço e seus Bailados Tradicionais*. Viana do Castelo, tipª Guttenberg.
- WALTER, François (1991). “La Montagne des Suisses: Invention et Usage d'une Représentation Paysagère (XVIIIe-XIXe Siécle)” in *Études Rurales*, nº 121-124, Janvier-Décembre.
- WILLIAMS, Raymond (1993) [1977]. *The Country and the City*. London: The Hogarth Press.
- WILSON, William (1976). *Folklore et Nationalism in Modern Finland*. Bloomington: Indiana University Press.